

Tiago Timponi Torrent

**“O HOMEM VAI BOTAR UMA CASA PARA MIM MORAR” – UMA ABORDAGEM
SOCIOCOGNITIVISTA E DIACRÔNICA DA CONSTRUÇÃO DE DATIVO COM INFINITIVO**

Juiz de Fora

2005

Tiago Timponi Torrent

**“O HOMEM VAI BOTAR UMA CASA PARA MIM MORAR” – UMA ABORDAGEM
SOCIOCOGNITIVISTA E DIACRÔNICA DA CONSTRUÇÃO DE DATIVO COM INFINITIVO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras – Lingüística.

Orientadora: Professora Doutora Maria Margarida Martins Salomão

Juiz de Fora

2005

Tiago Timponi Torrent

**“O HOMEM VAI BOTAR UMA CASA PARA MIM MORAR” – UMA ABORDAGEM
SOCIOCOGNITIVISTA E DIACRÔNICA DA CONSTRUÇÃO DE DATIVO COM INFINITIVO**

Dissertação de Mestrado submetida à
Universidade Federal de Juiz de Fora como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Letras e aprovada pela seguinte
banca examinadora:

Professora Doutora Maria Margarida Martins Salomão (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Mario Roberto Lobuglio Zágari
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Maria Luiza Braga
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juiz de Fora

2005

AGRADECIMENTOS

Muitos são os que merecem figurar entre aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Assim sendo, para evitar injustiças e lapsos de memória, registrarei a seguir meus agradecimentos a todos eles, em ordem cronológica, fazendo um levantamento diacrônico da minha formação acadêmica.

Isto posto, agradeço àquele que ministrou minha primeira aula na Universidade Federal de Juiz de Fora, ainda na Graduação em Letras, Professor Mário Roberto Zágari, ou, simplesmente, Professor, dadas suas características que, se listadas, preencheriam toda esta página. Ao senhor, que me iniciou na pesquisa científica e que colaborou imensamente em minha formação como aluno e como pessoa, muito obrigado.

Agradeço também a todos os professores do Departamento de Letras que despertaram em mim um interesse cada vez maior pelos estudos da linguagem. Obrigado a Geysa Silva, Neiva Pinto, Edmilson Almeida, Luciana Teixeira, Vinícius Mariano, Cândida Georgopoulos, Gilvan Procópio, Petra Cristina, José da Costa Paiva e Laura Silveira.

Gostaria também de registrar meus sinceros agradecimentos aos professores do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas: Ana Cláudia, Sônia, Irene, Márcia, Wanda, Ângela e Silvana.

Aos professores do Mestrado em Letras, agradeço pela excelente formação que me foi oferecida, não apenas na área que escolhi como pressuposto teórico desta dissertação, mas também em todas as demais. Meu muitíssimo obrigado aos doutores: Neusa Salim, Sônia Bittencourt, Nilza Dias e Maria Cristina Name.

Obrigado também à Professora Maria Clara Castellões, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e ao seu Secretário Rafael Pitanga, por todo o apoio fornecido e pela confiança depositada em mim.

Aos meus colegas de turma do Mestrado, agradeço pelas discussões teóricas e não tão teóricas nos domingos à noite, quando nos reuníamos por telefone na busca de soluções para os problemas propostos pelos professores. Obrigado por todos os momentos de riso e reflexão proporcionados e compartilhados.

Faz-se necessário registrar aqui um agradecimento a todos aqueles que participaram do Projeto Censo de Variação Lingüística, do Programa de Estudos sobre Os Usos da

Língua, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por terem me dado a possibilidade de trabalhar com um corpus tão rico.

A Natália Sigiliano e Alice Frascaroli, bolsistas de Iniciação Científica, que me auxiliaram no levantamento do corpus e me forneceram apoio em muitos momentos.

À Professora Margarida Salomão, pessoa que foi, de fato, a grande responsável pelos caminhos trilhados nesta dissertação. Agradeço por todas as intervenções, orientações, sugestões e reflexões às quais tive acesso ao longo, não só da orientação, mas também das brilhantes aulas. Obrigado por ter me ajudado a construir minha capacidade de análise lingüística e por ter descortinado para mim, de forma tão fantástica, os pressupostos teóricos do Sociocognitívismo.

Por último, agradeço a todas aquelas pessoas que, mesmo não estando inseridos na rede da universidade, são elementos vitais nesta conquista. Obrigado a todos os meus amigos, familiares e namorada, que foram colocados por último não por respeito à ordem cronológica, mas pela atemporalidade do apoio que têm me dado ao longo da minha vida.

RESUMO

Neste trabalho propomos a existência, em Português, da Construção de Dativo com Infinitivo, DCI, com base em uma análise sociocognitivista e diacrônica de dados de fala da VBP e de dados escritos do Latim. Desenvolvemos nossa análise em contraste com a descrição gerativa do fenômeno, que apresenta uma argumentação circular e restrita a aspectos formais da Construção. Em nossa hipótese, argumentamos que o DCI é uma Construção que é produto de Herança por Mesclagem de construções Transitivas Transferenciais e Transitivas Básicas, sendo caracterizada sintaticamente pelo esquema *para x infinitivo*, em que *x* pode ser substituído por um Nominal qualquer, e semanticamente caracterizada pela existência de um elemento formal em que são comprimidos e mesclados os papéis de Beneficiário e Agente, ou Experienciador; por um esquema de significado que aponta para um evento que se constitui em uma resultante virtual de uma ação ou de um contexto e pela noção de finalidade emergente neste esquema de significado.

ABSTRACT

In this paper we hypothesize the existence, in Portuguese, of the Dative With Infinitive Construction, DWI, based on a sociocognitivist and diachronic analysis of speech data from Brazilian Portuguese and written data from Latin. We have developed our analysis in contrast with the gerativist description of the phenomenon, which presents arguments which are circular and restrict to formal aspects of the Construction. According to our hypothesis, the DWI Construction is a product of a Blending Link between the Transferential Transitive Construction and the Basic Transitive one, being syntactically characterized by the scheme *para x infinitivo*, in which *x* can be replaced by any Noun or Pronoun. On the other hand, this Construction is semantically characterized by the existence of one formal element which can blend the roles of Beneficiary and Agent, or Experimenter; by one semantic frame which points to an event which consists in a virtual resultant of an action or a context and by the sense of finality which emerges in this frame.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	9
1.1- Sobre Dados, Diacronia e Sociocognitivismo	9
1.2- Objeto de Estudo	10
1.3- Metodologia e Organização dos Capítulos	10
1.4- Corpora	11
2- ARQUEOLOGIA DOS TRATAMENTOS DADOS À CONSTRUÇÃO PARA + <i>MIM</i> + <i>INFINITIVO</i>	13
2.1- A Gramática Tradicional e A Insistência no Erro	13
2.2- A Gramática Esclarecida e A Ponta do Iceberg	20
2.3- A Descrição Gerativista e Apenas Ela	23
3- ELEMENTOS DE LINGÜÍSTICA COGNITIVA – A LINGUAGEM VISTA COMO UM PROCESSO DE PROJEÇÕES ENTRE DOMÍNIOS	29
3.1- Os Processos Cognitivos como Projeções entre Domínios	30
3.2- A Gramática das Construções	39
3.3- Integração de Construções Lingüísticas	43
3.4- A Questão da Mudança Semântica	47
4- A CONSTRUÇÃO DE DATIVO COM INFINITIVO – UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVISTA	50
4.1- O Processo de Herança do DCI	52
4.1.1- A Escolha Inicial pelas Construções com Mim	58
4.2- Uma Perspectiva Sincrônica sobre O DCI: Suas Diversas Instanciações no Português Brasileiro	60
4.3- Uma Perspectiva Diacrônica sobre O DCI	65
4.4- Contraposições à Análise Gerativista	68
5- CONCLUSÃO	72
BIBLIOGRAFIA	75

1- INTRODUÇÃO

Não é incomum ouvirmos, nos mais diversos ambientes em que ocorre a Variedade Brasileira do Português, pessoas fazerem uso dos Pronomes Dativos de primeira e segunda pessoas do singular – *mim* e *ti* – como Sujeitos de orações infinitivas introduzidas pela preposição *para*.

- (1) Sabe que eu nunca pensei assim em botar uma casa. O homem vai botar uma casa **para mim morar**. Eu nunca pensei nisso. (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)
- (2) Eu acho que eu botaria, assim, numa caderneta de poupança, a prazo fixo, **para mim não poder tirar** o dinheiro, somente o juro, é! (PEUL/UFRJ – 03m56a4efcomp)
- (3) Pode doer um pouco correr o risco, mas deve ser melhor do que ficar esperando por uma carta que nunca vem **para ti fazer** a canastra limpa, sendo assim a gente fecha o jogo com uma "suja", com o coringa no lugar daquilo que se queria de verdade. (WEB)

Frente a ocorrências como as acima, há, basicamente, duas posturas possíveis a serem adotadas pelos falantes da VBP: dar prosseguimento à conversa, já que nada de anormal aconteceu, ou atentar para o fato de que, segundo os postulados da Gramática Tradicional, o enunciador empregou erroneamente o Pronome.

De forma semelhante, as posturas adotáveis pelos estudiosos da língua frente a esses exemplos podem ser duas. Caso trate-se tal estudioso de um partidário da Gramática Tradicional, o mesmo afirmará que os enunciados acima contêm erros no que tange ao uso dos Pronomes, afinal, se o Pronome vem representando o Sujeito, o mesmo deve ser nominativo. Por outro lado, caso o estudioso seja um lingüista, este deve buscar uma explicação para tal fenômeno, dada a sua recorrência na língua.

Neste trabalho, optamos pela segunda possibilidade.

1.1- Sobre Dados, Diacronia e Sociocognitivismo

Dentre as diversas abordagens teóricas hoje oferecidas pela Lingüística, resolvemos adotar a Lingüística Cognitiva como orientação principal, porém com alguns elementos, senão novos, pouco comuns em trabalhos desta linha. Isto porque também cogitamos os aspectos da linguagem que estão ligados não apenas à cognição, mas também aos elementos culturais que identificam a sociedade humana.

Esta mesclagem de elementos cognitivos e culturais, já prevista pela Hipótese Sociocognitiva sobre a Linguagem (SALOMÃO, 1997), se dá neste trabalho de uma forma também nova, na medida em que, acrescentamos, além dos fatores culturais, uma perspectiva diacrônica à análise, já que buscamos no Latim evidências que elucidem e reforcem nossa hipótese analítica.

Ao contrário dos estudos gerativistas, nossa fonte de dados não é um falante-ouvinte idealizado, mas sim pessoas de verdade, que estão inseridas no eixo do tempo e da herança cultural, e é justamente por este fato que acreditamos ser a análise que desenvolvemos ao longo deste trabalho mais satisfatória do que as apresentadas pelas outras abordagens teóricas, em especial o gerativismo.

1.2- Objeto de Estudo

O objeto de estudo desta dissertação começou sendo o esquema sintático *para + mim + infinitivo*, tão estigmatizado por aqueles que falam a variedade padrão do Português. Porém, ao longo de nossas análises prévias, notamos que este esquema era apenas uma das possíveis formas de realização de uma Construção mais ampla, à qual demos o nome de Dativo com Infinitivo, ou, apenas, DCI, na qual há um elemento qualquer – Pronome Dativo, Pronome Nominativo, Nome, Sintagma ou mesmo um elemento PRO – que é selecionado como Sujeito do Verbo Infinitivo.

Ao longo das análises, pudemos notar também que a ocorrência desta Construção não estava limitada apenas àqueles casos em que ocorria um Verbo Finito Ditransitivo, conforme o que foi apontado em análises anteriores realizadas por uma leva de gramáticos normativistas, ou por Marcus Bagno e por Carlos Miotto e sua equipe de gerativistas. Pelo contrário, postulamos que o DCI é uma Construção autônoma que pode se mesclar a outras, inclusive àquelas com Verbo Ditransitivo.

1.3- Metodologia e Organização dos Capítulos

Uma vez que nosso objeto já foi estudado sob as óticas da Gramática Tradicional, da Lingüística Estrutural e do Gerativismo, começaremos este trabalho por apresentar, no capítulo 2, os pontos de vista destas três abordagens, assinalando nossas críticas em relação aos mesmos.

Feitas as críticas e demonstradas as insatisfações, passaremos no capítulo 3 a apresentar nossa perspectiva teórica, a do Sociocognitivismo, pela qual julgamos ser possível explicar o problema. Trataremos neste capítulo daqueles elementos que julgamos necessários para a nossa análise. Dentre eles, estão a Teoria da Mesclagem (FAUCONNIER & TURNER, 2002), a Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995) (MANDELBLIT, 1997) (FAUCONNIER & TURNER, 2002) e a noção de Mudança Semântica tal como definida por Sweetser (1990) e Fauconnier e Turner (2002).

Após apresentarmos nossas críticas e nossa proposta teórica, faremos, no capítulo 4, nossa análise da Construção, a qual contempla um percurso histórico, tentando encontrar, nos caminhos da deriva do Latim ao Português, pistas que possam apontar para uma explicação satisfatória do problema, considerando dados sincrônicos de produções reais de falantes também reais, contrastando nossa proposta de análise com as vistas anteriormente.

Por fim, no capítulo 5, apresentaremos nossas conclusões.

1.4- Corpora

Para que pudessem ser feitas as análises, selecionamos trechos do corpus do Censo de Variação Lingüística do Programa de Estudos sobre Os Usos da Língua da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEUL/UFRJ).

Além deste projeto, levantamos dados ainda em alguns sites da Internet nos quais encontramos ocorrências freqüentes de DCI, não apenas com Pronome de Primeira Pessoa, mas também com o de Segunda.

Os dados utilizados no corpo do texto trazem, entre parênteses, quando possível, a identificação dos informantes, organizada da seguinte forma:

- Nome do projeto e da instituição na qual foi desenvolvido. Para os casos em que a ocorrência tenha sido encontrada na Internet, a palavra *web* virá entre parênteses e esta será a única referência ao informante;
- Número do informante na base de dados;
- Sexo do informante, representado pelas letras *f* e *m*, para o feminino e masculino, respectivamente;
- Idade do informante, indicada sempre por dois algarismos seguidos da letra *a*;
- Grau de escolaridade do informante, de acordo com a seguinte legenda:

- Números de 1 a 8: indicam as séries do ensino fundamental e do ensino médio;
- EF: ensino fundamental;
- EM: ensino médio;
- SUP: ensino superior;
- CURS: estágio escolar em curso, quando da entrevista;
- COMP: estágio escolar completo, quando da entrevista.

Os dados utilizados neste trabalho têm a função de verificar, com exemplos reais de fala e, para os casos dos textos da Internet, de escrita, as análises que iremos nos propor a fazer.

2- ARQUEOLOGIA DOS TRATAMENTOS DADOS À CONSTRUÇÃO *PARA + MIM* + *INFINITIVO*

2.1- A Gramática Tradicional e A Insistência no Erro

Para fazermos a revisão das análises propostas pela Gramática Tradicional em relação à Construção *para + mim + infinitivo* pesquisamos ao todo treze obras, as quais citaremos a seguir em ordem de publicação¹:

- *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, de Said Ali (1931);
- *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali (1950);
- *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*, de Said Ali (1953, no máximo)²;
- *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, de Said Ali (1953, no máximo)³;
- *Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*, de Artur de Almeida Tôrres (1959);
- *Pontos de Gramática Histórica*, de Ismael de Lima Coutinho (1962);
- *O Idioma Nacional*, de Antenor Nascentes (1964);
- *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (1972);
- *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida (1980);
- *Estudos de Língua Portuguesa – Gramática*, de Douglas Tufano (1985);
- *Nossa Gramática*, de Luiz Antônio Sacconi (1989);
- *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999);
- *Gramática Reflexiva – Texto, Semântica e Interação*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (1999);

Analisando as quatro obras de Said Ali, pudemos notar que, em nenhuma delas, há qualquer referência explícita ao emprego do Pronome Dativo como Sujeito de Verbos Infinitivos. O autor limita-se a diferenciar, em suas três *Gramáticas*, os Pronomes Pessoais

¹ Para efeitos de análise, consideramos, com exceção feita àquelas obras cujas edições analisadas tenham sido publicadas postumamente, sempre a data de publicação da edição analisada e não a da primeira edição. Isto se deve ao fato de que quase todas as obras trazem, na capa ou na primeira página, os dizeres “revista e atualizada”. Para as obras cujas edições analisadas sejam póstumas, consideramos a data da última edição alterada pelo autor.

² A última data de publicação desta obra pelo autor não é informada na edição analisada.

³ Idem.

retos dos Oblíquos, afirmando que aqueles empregam-se quando em função de Sujeito, enquanto estes aparecem em função de complemento (SAID ALI, 1931).

Da mesma forma, a obra de Tôrres (1959) não faz qualquer tipo de menção a esse emprego, sendo que as únicas referências a “empregos indevidos” dos Pronomes Pessoais referem-se ao uso dos Pronomes Retos pelos Oblíquos em construções com a preposição *entre*.

Porém, com exceção destas cinco obras, todas as demais pesquisadas trazem alguma referência explícita à Construção em análise. Interessante é o fato de que, dentre as obras pesquisadas neste trabalho, apenas aquelas que foram editadas após a década de 60 trazem alguma referência ao uso, pelas camadas populares, vale ironicamente lembrar, do Pronome Dativo como Sujeito de Infinitivo. Apesar de tal fato ter nos chamado a atenção, não nos preocuparemos, neste momento, em investigá-lo, deixando tal tarefa para trabalhos posteriores.

Passando agora a levantar as análises propostas para a Construção *para + mim + infinitivo* pela Gramática Tradicional, continuaremos a seguir a ordem cronológica estabelecida no início deste capítulo.

Em *Pontos de Gramática Histórica* (COUTINHO, 1962) há um capítulo intitulado “O Português do Brasil”, ao longo do qual são arroladas as particularidades do emprego da Língua Portuguesa na América. Coutinho agrupa as peculiaridades da VBP em três conjuntos distintos: aquelas que ocorrem no âmbito da fonética, as que são verificadas na morfologia e as que se dão no campo da sintaxe.

No que tange aos dois primeiros conjuntos, limita-se o autor a citar as variações verificadas em território brasileiro, sem emitir qualquer juízo de valor sobre a ocorrência das mesmas. Todavia, ao introduzir a lista das particularidades do Português em uso no Brasil no tangente à sintaxe, Coutinho assume uma postura de rígida crítica, trazendo à tona a noção de erro gramatical, conforme pode ser observado no trecho transcrito a seguir:

Enquanto no domínio do vocabulário, da fonética e da morfologia, achamos que as nossas discordâncias da linguagem portuguesa são perfeitamente legítimas, a ponto de não recearmos crítica, de outro modo julgamos as que se dão no da sintaxe. Raras são as pessoas ilustradas entre nós que, falando ou escrevendo, não se esforcem por evitar os casos em que a nossa sintaxe popular diverge da portuguesa. Os gramáticos brasileiros, secundando os seus colegas de Portugal, anatematizam essas práticas, tachando-as de erronias graves, verdadeiros solecismos. Daí o cuidado dos nossos escritores. (...) O literato, acoimado de incorreto entre nós, às vezes por um simples descuido na colocação dos Pronomes, encontrará sempre cerrada a porta que poderia conduzi-lo à glória da popularidade. Depois de um leve cochilo gramatical, todas as boas qualidades lhe são negadas. Nas camadas populares, porém, onde não se conhecem as leis

da gramática, as discordâncias neste ponto são patentes. (COUTINHO, 1962:334-35)

Conforme podemos notar claramente, Coutinho critica de forma contundente o emprego, por parte dos falantes do Português Brasileiro, de construções que contrariem a norma gramatical portuguesa, taxando-os de desconhecedores das leis gramaticais.

Dando prosseguimento ao texto, enumera as principais construções que devem ser banidas da Língua Portuguesa dado seu alto grau de subversão em relação aos padrões.

- a) a colocação irregular dos Pronomes Oblíquos: *Me disseram, não dou-te;*
- b) a preposição *em* com Verbos de movimento: *Vou na janela, cheguei na estação;*
- c) o Pronome reto *ele, ela, eles, elas* como Objeto Direto: *Vi ele;*
- d) o uso de *mim* como Sujeito de Infinitivo: *Para mim ver;* (grifo nosso)**
- e) o Verbo *ter* empregado pelo impessoal *haver*: *Tem gente nesta casa;*
- f) o Verbo impessoal *haver* no plural: *Houveram festas;*
- g) o Verbo no plural com Sujeito coletivo: *O povo foram.* (COUTINHO, 1962:335)

Note-se que todos os temas enumerados, se já não o foram, com certeza serão temas de muito interesse para estudos lingüísticos. Não há no texto de Coutinho, contudo, qualquer tipo de explicação para o uso de tais construções, ou seja, apesar de criticar duramente seu uso, o gramático apenas indica qual forma deveria ser utilizada, não se preocupando em descrever ou explicar o uso classificado como incorreto.

De forma muito semelhante, aborda a questão Antenor Nascentes em seu *O Idioma Nacional* (NASCENTES, 1964). Após arrolar as principais diferenças tangentes à colocação pronominal nas duas variedades da Língua Portuguesa em questão – a brasileira e a européia –, escreve o gramático que

Fora destes casos [aqueles relativos à colocação pronominal] as divergências que se notam são capituladas como solecismos e portanto evitadas pela classe culta. Não vem fora de propósito apontarmos mais uma vez alguns destes solecismos para combatê-los. (NASCENTES, 1964:84)

A partir deste momento, Nascentes passa a enumerar, de forma muito semelhante a Coutinho, os ditos solecismos e, entre eles, encontra-se a Construção de Dativo com Infinitivo, que exemplifica da seguinte forma: “*este livro é para mim ler, em vez de este livro é para eu ler*” (NASCENTES, 1964:85). Por outro lado, diferentemente de seu contemporâneo, Nascentes ainda esboça alguma tentativa de explicação para estes “erros” de Língua Portuguesa, atribuindo alguns deles – quais não sabemos, uma vez que o autor não os cita explicitamente – às influências negras e indígenas na VBP.

Podemos notar que, semelhantemente ao que ocorre com a obra anterior, não há qualquer tentativa de descrição ou explicação do fato, limitando-se ambos os gramáticos a caracterizar o uso da Construção *para + mim + infinitivo* como erro, o que, veremos mais adiante, parece ser a única opção de análise, ou melhor, o único rótulo apresentado pela gramática tradicional que não o da exceção e o da norma culta.

Seguindo em nossa linha do tempo, passaremos a analisar agora as considerações de Rocha Lima (1972) sobre a referida Construção. Afirma o gramático tratar-se nosso objeto de estudo de um erro comum, de fato da linguagem coloquial menos cuidada que não se fixou na língua culta (ROCHA LIMA, 1972:318). Mais adiante, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* traz um item sobre os Pronomes Oblíquos que servem de Sujeito ao Infinitivo. Tal item se refere não ao uso do *mim* como Sujeito de Infinitivo, mas ao ACI – Acusativo com Infinitivo – e apresenta-se da seguinte forma:

Podem os Pronomes Oblíquos *o (a, os, as), me, te, se, nos, vos* desempenhar a função de Sujeito de um Infinitivo, em conexão com um dos Verbos *fazer, deixar, mandar, ouvir e ver*, aos quais servem cumulativamente de Objeto Direto:

Mandei-*o* entrar.

No exemplo, o Pronome *o* acumula a função de Sujeito de *entrar* com a de Objeto Direto de *mandei*.

(...)

É o que os latinos chamavam *accusativus cum Infinitivo*, ou seja, uma palavra em Acusativo (caso do Objeto Direto), servindo de Sujeito a um Infinitivo. (ROCHA LIMA, 1972:319)

Neste ponto cabe um comentário mais aprofundado do que os expostos anteriormente. Além de apenas classificar como erro o uso do Pronome *mim*, Rocha Lima ainda apresenta, como Construção validada para a norma padrão da Língua Portuguesa, aquela em que o Pronome Acusativo serve de Sujeito ao Infinitivo, acumulando, conforme aponta o próprio gramático, as funções de Sujeito e Objeto Direto.

Ora, dadas essas considerações, a abordagem da gramática tradicional para o problema por nós estudado torna-se ainda mais problemática. Como é possível que a Construção do ACI seja perfeitamente aceitável para a norma padrão enquanto a do *para + mim + infinitivo* é tratada como um erro? Afinal, em ambas, um Pronome Oblíquo funciona como Sujeito de Infinitivo. Mesmo o argumento colocado por Rocha Lima relativo à latinidade da Construção do Acusativo com Infinitivo não é procedente já que, em Latim, conforme veremos no capítulo 4, o Dativo também era utilizado como Sujeito de formas nominais.

Também nas obras *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (ALMEIDA, 1980), *Estudos de Língua Portuguesa – Gramática* (TUFANO, 1985) e *Nossa Gramática* (SACCONI, 1989) o tratamento proposto para o problema é semelhante ao de Rocha Lima, ou seja, condena-se o uso do Pronome Dativo – ou Oblíquo Tônico – como Sujeito de Infinitivo porque, por ocupar a função de Sujeito, ele deveria ser Nominativo – ou Reto – mas, prescreve-se o uso do Pronome Acusativo – ou Oblíquo Átono – para a mesma função, afirmando-se ainda que este acumula as funções de Sujeito – do Infinitivo – e Complemento – do Verbo Finito causativo ou sensitivo anterior – conforme o que ocorria no Latim.

Sendo assim, para o exposto nas três obras às quais fizemos referência no parágrafo anterior, nossa análise da abordagem proposta aponta para as mesmas questões relativas à *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (ROCHA LIMA, 1972), ou seja, aponta para a total incoerência em condenar o uso do Pronome Dativo como Sujeito de Infinitivo enquanto se valida o do Acusativo. Principalmente levando-se em consideração que o argumento para validar o ACI e não o uso do *mim* é a latinidade da Construção, argumento este que será desconstruído em breve.

Finalizaremos nosso percurso pelas gramáticas tradicionais analisando duas obras relativamente recentes – as duas foram publicadas em 1999 – que, conforme o que consta em seus prefácios, propõe-se a realizar um estudo da língua diferente, que busque não apenas a prescrição de regras que visam a guiar o estudante do vernáculo pela estrada sem curvas da norma padrão, mas também o tratamento da língua em uso.

Começando por Bechara (1999), ocupa-se o discípulo de Said Ali, no prefácio à 37ª edição revista, ampliada e atualizada de sua *Moderna Gramática Portuguesa*, de explicar ao leitor que a obra que lhe é apresentada é fruto de uma reanálise, com base nas contribuições dos estudos lingüísticos, da gramática de mesmo nome publicada em 1961. Escreve o autor:

Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro.

(...)

O arcabouço teórico desta obra poderia bem orientar-se por outros modelos válidos, seguidos pelos nossos melhores lingüistas em atuação nos centros universitários brasileiros. A orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta *Moderna Gramática Portuguesa*, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia

da gramática normativa, libertada do ranço do antigo *magister dixit* e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas. (BECHARA, 1999:19-20)

Por mais que tenha feito as devidas ressalvas no concernente ao fato de não tratar-se a sua obra de uma gramática lingüística, Bechara propõe-se realizar uma descrição em certa medida inovadora da Língua Portuguesa. Baseando-nos no prefácio, esperávamos encontrar de fato uma descrição da Construção *para + mim + infinitivo*, tão comum na sincronia da língua, que não se limitasse a, parafraseando o autor, ditar as normas.

Na página 566, entretanto, o que encontramos, sob o título de *regência* foi apenas mais uma prescrição normativa, assim como as tantas outras que levantamos até aqui. Bechara apenas reitera o que afirmam os demais gramáticos, ou seja, que se a preposição *para* rege a oração reduzida de Infinitivo, o Pronome deve vir na forma reta por se tratar do Sujeito da oração, a qual pode ser desenvolvida para uma oração formada com Verbo no subjuntivo. Expostos tais fatos, só nos resta concluir que, mesmo tendo se proposto fazer uma descrição adequada da língua, despida das prescrições tradicionalistas, Bechara apenas repete o que já foi dito por tantos outros gramáticos que se negam a tratar os fatos da língua que, por algum motivo, se desviaram daquilo que consta nas obras clássicas da literatura em Língua Portuguesa.

Por fim, chegamos à nossa última obra analisada com a esperança de encontrar nela um outro tipo de tratamento para o problema. Esperança esta que foi reforçada após a leitura do prefácio, no qual Cereja e Magalhães (1999) afirmam, em relação à sua *Gramática Reflexiva*, que:

A língua estudada nesta gramática é a *Língua Portuguesa viva*, isto é, a utilizada em suas variedades oral e escrita, culta ou coloquial, formal ou informal, regional ou urbana, etc. É a língua que circula nos jornais, na tevê, nos quadrinhos, nas canções, nos textos literários, nos anúncios publicitários, enfim, nos textos que circulam socialmente. (CEREJA & MAGALHÃES, 1999)

Porém, quando chegamos a ler, no capítulo “O Pronome”, o item “Eu ou mim?”, nos deparamos com uma análise muito próxima à das demais gramáticas, conforme podemos ver no trecho transcrito a seguir, em que os autores tentam explicar a Construção da sentença “*você tá dizendo pra eu ficar aqui sentado*”, presente em uma tira de quadrinhos:

Os Pronomes pessoais *eu* e *tu* desempenham a função de Sujeito, enquanto os Oblíquos átonos *mim* e *ti* desempenham outras funções. (...) De acordo com o padrão culto seria adequado empregar *mim* no lugar de *eu*? Não, porque o Pronome reto *eu* na frase do balão funciona como Sujeito do Verbo *ficar*, que se encontra no Infinitivo. Se desenvolvêssemos a frase, teríamos: “para que *eu*

fique”. O mesmo ocorre com o Pronome pessoal *tu*, por exemplo, na frase “Trouxe o livro para *tu* leres”, que não admite o emprego de *ti*. (CEREJA & MAGALHÃES, 1999:130-31)

Apesar de se proporem no prefácio analisar “*a Língua Portuguesa viva*”, Cereja e Magalhães restringem-se, assim como os demais gramáticos levantados por nós, a prescrever o uso da Construção com o Pronome Nominativo, sem ao menos se preocupar em mencionar o uso freqüente da Construção com o Pronome Dativo. Além disso, a explicação dada pelos autores para justificar o uso da forma nominativa – a mesma apontada por Bechara (1999) – não deveria ser considerada válida do ponto de vista de um estudo sério da linguagem, afinal, desenvolver a oração reduzida de Infinitivo é alterar profundamente a estrutura sintática da Construção analisada.

De tudo o que foi proposto no prefácio, resta, no tratamento da Construção *para + mim + infinitivo*, apenas uma tentativa de, através do emprego de termos – com o perdão do trocadilho – “lingüisticamente corretos”, tais como “*seria adequado empregar*”, disfarçar a mesma postura de prescrição de qualquer gramática tradicional.

Conforme pudemos notar ao longo das análises que fizemos das gramáticas que levantamos, percebemos que todos os seus respectivos autores parecem insistir duas vezes no erro. Insistem, num primeiro momento, no erro do falante, ou seja, em afirmar que o falante descuidado da Língua Portuguesa comete erros de gramática que deturpam a língua. E, num segundo momento, insistem no erro de pensar que falantes nativos de uma língua erram com tamanha freqüência.

Através da insistência no erro, a gramática tradicional, mesmo em suas versões mais recentes, mantém-se isolada, assim como a língua abstrata da qual trata. Os usos reais da língua continuam, apesar de todos os estudos sobre a linguagem desenvolvidos no século XX, servindo, muitas vezes, apenas como contra-exemplos à norma prescrita. Não há uma explicação convincente para tais usos e nem mesmo descrições adequadas que possam ao menos nos relatar o que está ocorrendo nas outras variedades da Língua Portuguesa que não essa inexistente, a qual a gramática insiste em chamar de norma.

É importante ressaltar, por fim, que normativistas mantêm-se isolados dos estudos lingüísticos não por inocência ou por desconhecimento, mas por cultivarem uma visão da língua como um forte elemento de segregação. Seu discurso valida uma visão de que a Língua Portuguesa bem falada e bem escrita é privilégio de uma elite que conta cada vez mais com um número menor de membros. As tentativas de validação das prescrições na

volta à história da língua são, além de uma ofensa aos sérios estudos diacrônicos, apenas uma forma de reafirmar a visão decadentista destes estudiosos em relação à língua, ou melhor, àqueles que a utilizam e não fazem parte da pequena elite que eles representam.

2.2- A Gramática Esclarecida e A Ponta do Iceberg

Não satisfeitos com a tendência prescritivista da gramática normativa, partimos para as gramáticas esclarecidas pela teoria lingüística a fim de verificar se aqueles que adotam esta forma de olhar os problemas da linguagem já haviam feito estudos sobre a Construção analisada nesta dissertação. Encontramos um trabalho nesta temática, de autoria de Marcos Bagno.

Tal estudo é o capítulo “Índio, sim, com muito orgulho – uso do pronome mim como sujeito de infinitivos” do livro *A Língua de Eulália – Novela Sociolingüística*, em que o referido autor se propõe a, segundo o que diz a epígrafe da obra em questão, de autoria de William Labov, acabar com a idéia de que exista deficiência verbal e criar uma noção mais adequada do que sejam os dialetos-padrão e os não-padrão e das relações existentes entre eles. Neste sentido, cria uma espécie de gramática descritiva do Português em forma de romance, ou novela, como nos diz o título, na qual três amigas vão para o interior visitar a tia de uma delas, professora de Língua Portuguesa e Lingüística, que vive na companhia de uma senhora de nome Eulália, a qual é de fato a personagem chave da novela por não usar a variante padrão do Português e ser um poço sem fundo de exemplos para as aulas que a tia lingüista ministra à sobrinha e às amigas.

Em uma destas aulas – capítulos – Bagno propõe-se a explicar porque as pessoas usam com frequência a Construção com Pronome *mim* ao invés daquela com o Pronome *eu*, validada pela norma padrão. Para tanto, propõe três hipóteses, as quais analisaremos a seguir.

A primeira delas seria a do cruzamento sintático, ou seja, segundo Bagno, o falante usa a Construção *para + mim + infinitivo* quando quer enunciar duas coisas ao mesmo tempo. Isto significa que ele quer dizer, usando o mesmo exemplo do autor, ao mesmo tempo, que

(1) João trouxe um monte de livros para mim.

(2) João trouxe um monte de livros para eu escolher. (BAGNO, 2001:182)

Então, faz um cruzamento das duas sentenças, formando uma só que seria “*João trouxe um monte de livros para mim escolher.*” Até aqui, poderíamos dizer que a hipótese não seria de todo ruim, não fosse a explicação para o processo que é dada logo a seguir quando o autor afirma que a *soma* das duas frases seria “*João trouxe um monte de livros para mim, para eu escolher*” mas que, pelo princípio da economia, fora reduzida para a que citamos no início deste parágrafo. Continuando a explicação, o autor propõe que o fenômeno seja um caso de braquilogia e que a opção pelo *mim* e não pelo *eu* se deve à tonicidade daquele, traço este que seria responsável pela atribuição de uma certa ênfase à pessoa.

O primeiro grande problema está na palavra *soma*. Não se trata de somar duas construções e obter uma terceira que seja capaz de representar tudo o que as outras duas são. Se o falante de fato quisesse falar a sentença em (2), então não haveria razão para enunciar outra que não ela. Não se trata de querer dizer que alguém trouxe um monte de coisas para *eu* fazer. Neste caso, o *eu* já está inserido na Construção como Agente. Esta já é uma Construção em que o falante optou pelo Pronome nominativo.

Ainda, no tangente à questão da tonicidade, por que então não são recorrentes em Português construções outras em que o Pronome *mim* venha ocupando o lugar do Pronome *eu* que não esta da qual tratamos? Se de fato a tonicidade fosse um traço determinante nesta escolha, grande parte dos falantes do Português falaria coisas do tipo “*ele tem medo de mim ir embora*” ou “*mim fui expulso de lá ontem*”. O fato é que há algo além daquilo que Bagno enxerga na Construção em estudo, o que ele vê é apenas a ponta do iceberg. Há uma série de processos cognitivos que estão submersos e que só podem ser vistos com instrumentação – teórica – adequada.

Continuando com suas hipóteses que visam a explicar o uso do Pronome Dativo como Sujeito, o autor em questão apresenta uma segunda hipótese que se baseia no fato de que há duas regras de regência atuando ao mesmo tempo nesta Construção. A primeira delas seria a que pede o uso de Pronome Oblíquo após as preposições e a segunda seria a que pede Pronome Reto antes dos Verbos dos quais sejam Sujeitos. Segundo Bagno, o que ocorre neste caso é que a regra da Preposição surge antes da do Verbo e, como toma conhecimento dela primeiro, o falante a segue, usando o Pronome Oblíquo.

Ora, temos aqui dois problemas graves. O primeiro é a absoluta linearidade pressuposta para a formação de sentenças em qualquer língua. Sem entrar nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva, estudos gerativistas há que mostram a centralidade do

Verbo na geração de sentenças e todas as operações de movimento que ocorrem para que se chegue à forma enunciada. O segundo é, novamente, o fato de o uso do Pronome Dativo se restringir às construções com a preposição *para*.

Por fim, a terceira hipótese proposta por Bagno é a dos deslocamentos possíveis. O autor afirma haver construções validadas pelo padrão da Língua Portuguesa em que o *para mim + infinitivo* não seria um exemplo de Pronome Dativo como Sujeito de Infinitivo e sim um caso em que a expressão preposicionada serviria como indicadora de uma opinião, sendo o Verbo Infinitivo Sujeito da cópula, em sentenças como ‘*É difícil para mim fazer isso*’. Continuando a explanação de sua hipótese, Bagno afirma que, nesses casos, é possível deslocar o *para mim* para vários pontos da sentença, o que não se verifica com os casos em que ocorre a Construção *para + mim + infinitivo*. Porém, há casos em que não é possível precisar se o Pronome Dativo preposicionado indica uma opinião ou se ele é Sujeito do Verbo Infinitivo.

Sendo assim, afirma o autor que como a Construção “dá certo” em alguns casos, ela passa a ser produtiva para outros, ou seja, como há posições coincidentes ocupadas pelo *para + mim + infinitivo* em que o Pronome é Sujeito do Infinitivo e em que a oração infinitiva funciona como Sujeito do Verbo *ser*, o falante toma as duas por aceitáveis na língua e as emprega indiscriminadamente, sem refletir porque as utiliza.

O problema desta hipótese reside no fato de que Bagno de fato não explica porque o falante faz essa escolha. A questão da produtividade não é uma causa e sim um efeito. O que estamos tentando dizer é que o falante não usa uma construção apenas porque ela é recorrente na língua. Pelo contrário, se ela se torna recorrente esse fato se relaciona à sua alta capacidade de indicar eventos que sejam relevantes para os falantes da língua, conforme veremos mais adiante.

Bagno, por mais que sua didática e sua tentativa de transformar a lingüística em algo popular sejam dignas de elogio pelas boas intenções, não faz jus aos mesmos elogios no que tange à qualidade teórica de suas explicações. O autor limita-se a tocar na ponta do iceberg. Ele fala de efeitos e não de causas e, além disso, peca também por focar demais uma única ocorrência – inventada – e esquecer que para uma boa análise lingüística é indispensável olhar para os lados e tentar buscar no restante do sistema uma boa explicação para o problema em questão.

2.3- A Descrição Gerativista e Apenas Ela

Finalizando nossa busca por abordagens teóricas que tratassem do fenômeno em questão neste trabalho, fizemos uma incursão pela teoria gerativa visando a encontrar descrições e explicações convincentes para o uso do *para + mim + infinitivo*, que não encontramos nas obras analisadas até então. Para tanto, buscamos obras que tenham tratado tal Construção sob a ótica da teoria lançada por Chomsky e constantemente revisitada por ele e seus discípulos.

Para discutir o tratamento dado pelo gerativismo ao problema, selecionamos o *Manual de Sintaxe* (MIOTO ET AL, 1999), o qual foi escolhido por usar como exemplo do problema em análise uma sentença bem próxima de algumas das que encontramos em nosso levantamento de dados. Além desta obra, utilizamos ainda as obras *Syntax – A minimalist introduction* de Radford (1997) e *The Minimalist Program* do próprio Chomsky (1995) para nos fornecer um embasamento maior no que tange ao Programa Minimalista.

Mioto et al. discutem, no capítulo IV de seu *Manual de Sintaxe* (pp. 111-144), a Teoria do Caso, começando por definir a que se refere tal termo na lingüística gerativa. Afirmam, assim, que a palavra Caso não se refere, nos estudos de orientação chomskiana, nem aos papéis atribuídos pelo Verbo aos seus argumentos – conforme sabemos, estes papéis recebem, na teoria em questão, o nome de Papéis θ –, nem aos morfemas casuais presentes em línguas como o Latim. Segundo os autores, Caso, para o gerativismo, é sinônimo de caso abstrato, ou seja, uma categoria gramatical universal que independe de marcação morfológica. Tal categoria seria responsável por tornar possível que os Verbos atribuam papéis θ aos Sintagmas Determinantes – doravante SDs – sendo portanto mais abrangente que a noção de caso morfológico, vez que, mesmo as línguas, como o Português, que não apresentam marcação morfológica de caso nos nomes a possuem. O caso abstrato é, portanto, uma espécie de ponte, que permite que os SDs se tornem “visíveis” e interpretáveis pelo *parser*, o que possibilita aos Verbos atribuir-lhes os Papéis θ correspondentes a cada instância, como, por exemplo, o papel de Agente aos Nominativos, ou o de Tema aos Acusativos.

Sendo assim, os autores propõem que a Teoria do Caso deve se constituir como um dos módulos da gramática gerativa, devendo preocupar-se em estabelecer:

- quantos e quais são os casos abstratos;
- quais são os elementos que atribuem os casos abstratos;
- quais são os constituintes que os recebem;

- quais as formas de atribuição de Caso;
- quais os princípios que regulam a atribuição de Caso. (MIOTO ET AL, 1999:115)

A aplicação desta teoria ao Português resulta no postulado de que os SDs desta língua podem receber os Casos Nominativo, Acusativo e Oblíquo, sendo que os Núcleos atribuidores dos mesmos são: (a) o Verbo – núcleo lexical [-N, +V] –, que atribui Caso Acusativo; (b) a Preposição – núcleo lexical [-N, -V] –, que atribui Caso Oblíquo, e o núcleo funcional F – de flexão – que atribui o Nominativo. A teoria reza ainda que cada um dos Núcleos citados tem apenas um Caso para ser atribuído.

Para que se faça completa a aplicação da Teoria do Caso ao Português, os autores ainda afirmam que a atribuição dos Casos se dá sob Regência⁴ e que esta pode apresentar-se de duas formas: canônica ou excepcional.

Na Marcação Canônica de Caso, o Verbo e a Preposição atribuem, respectivamente, aos seus complementos, os casos Acusativo e Oblíquo, enquanto a Flexão atribui ao seu especificador o caso Nominativo. A diferença na atribuição dos Casos – Acusativo e Oblíquo são atribuídos numa relação Núcleo-Complemento, enquanto o Nominativo é atribuído numa relação Spec-Núcleo – não é problema para a teoria, afinal, tanto o Especificador quanto o Complemento são regidos pelo Núcleo e, conforme o exposto anteriormente, a atribuição de Caso se dá via Regência.

Porém, pouco nos interessa a Marcação Canônica, uma vez que nosso objeto de estudo configura-se no gerativismo justamente como um exemplo de Marcação Excepcional de Caso (ECM – da sigla em inglês para Exceptional Case Marking⁵). Neste último tipo, o Sujeito tem seu Caso excepcionalmente – daí o nome – checado fora do SF que o contém (RADFORD, 1997:86-87), ou seja, os argumentos de um dado Núcleo são checados por outro Núcleo diferente (MIOTO ET AL, 1999:122-23).

Um dos exemplos de ECM no Português são as construções em que o Sujeito do Verbo Infinitivo vem no Acusativo, tendo seu Caso checado pelo Verbo Finito anterior, conforme podemos ver em (4) abaixo. Tais construções são comumente chamadas pelas gramáticas tradicionais de Acusativo com Infinitivo, ou ACI.

⁴ Os autores definem a Regência como sendo uma relação em que um núcleo N, A, V, P ou F m-comanda um outro que não esteja protegido por uma barreira, sendo o m-comando definido como uma relação de não dominância de um núcleo sobre o outro, em que cada projeção máxima dominante de um dos núcleos também domina o outro. (MIOTO ET AL, 1999:139-40)

⁵ Resolvemos adotar a sigla em inglês para a marcação excepcional de caso, diferentemente do que temos feito para os demais rótulos do gerativismo – tais como SFs e SDs – por não havermos encontrado na literatura referências à mesma sigla em português.

- (4) Tenho até um amigo aí que viajou pra França e **me viu abrir** ostra e disse: eu vou trazer de lá um abridor de ostra. E trouxe. (PEUL/UFRJ – 03m56a4efcomp)

O outro exemplo são as construções em que o Sujeito do Verbo Infinitivo vem no Caso Oblíquo, checando o Caso com a Preposição anterior, qual seja, a Preposição *para*. Miotto et al. tratam o problema a partir de um par de exemplos em que aparecem tanto o Pronome Nominativo como Sujeito do Verbo Infinitivo, quanto o Oblíquo. Vejamos:

- (23) a. A Maria fez palhaçadas para eu rir.
b. A Maria fez palhaçadas para mim rir.

Embora gramáticos tradicionais policiem severamente os falantes para não produzirem (23b), esta sentença é gramatical. O que incomoda profundamente esses gramáticos é o fato de o Pronome Sujeito do Verbo *rir* aparecer na forma oblíqua *mim*. Em termos mais técnicos, o incômodo resulta de uma atribuição de Caso que envolve a preposição como núcleo atribuidor e o DP preenchido pelo Pronome como receptor. O Pronome não consegue disfarçar que se trata do Caso Oblíquo.

(23a) não traz desconforto porque evidencia uma marcação canônica de Caso: o núcleo I do Infinitivo pessoal marca casualmente o Pronome cuja forma deixa ver o Caso nominativo. Em (23b), temos em mãos uma marcação casual que não é canônica, no sentido de que ela não acontece na configuração núcleo-complemento, como fazem normalmente as preposições e os Verbos. Observe que não é exatamente o complemento que está recebendo o Caso da preposição em (23b); o complemento da preposição não é o Pronome *mim* mas uma sentença infinitiva, que em princípio não necessita de marcação casual. Porém, é o Pronome *mim*, argumento externo de *rir*, que está sendo marcado por Caso pela preposição. Esta é a razão pela qual dizemos que a marcação é excepcional. (MIOTTO ET AL, 1999:125)

Descrita a situação da ECM, os autores passam a se preocupar em explicar porque, já que a construção com o Pronome Oblíquo é considerada gramatical, a construção com o Nominativo também o é. Assim, propõem que haja, para (23a), um SC vazio entre o núcleo P e o SF que tem como Spec o Pronome de Primeira Pessoa, o qual seria responsável por quebrar a localidade da atribuição de Caso. A existência de tal SC seria comprovada pelo fato de que a oração infinitiva em questão poderia ser desenvolvida em uma oração com Verbo no Subjuntivo, introduzida por um núcleo C (*o que*).

Além disso, postulam que o Infinitivo de sentenças em que o Pronome aparece no Nominativo seria pessoal, enquanto que o de sentenças em que o Pronome aparece no Oblíquo seria impessoal. Visto que o caso Nominativo só pode ser atribuído por um Núcleo [+ agr], o fato de o Infinitivo do exemplo (23a) de Miotto ser pessoal corrobora a existência do SC vazio no sentido de impedir a ocorrência de ECM, pois, caso ela ocorresse, nessa configuração da sentença, feriria não só a localidade da atribuição de

Caso, mas também a minimalidade, já que há um Núcleo no SF, o qual tem o Sujeito como Spec, que garante a relação de Regência.

Assim sendo, temos na verdade duas estruturas totalmente diferentes para os exemplos em (23) do *Manual de Sintaxe*. Uma primeira em que há no SF² um Infinitivo pessoal, capaz de atribuir Caso Nominativo ao Pronome por ser [+ agr] e um SC vazio, entre o núcleo P e o spec-SF, que quebra a adjacência entre eles, impedindo a ocorrência de ECM. E uma outra em que o Complemento do núcleo P é o SF², ficando o Pronome adjacente à preposição, o que restaura a localidade, e sendo o Infinitivo impessoal, portanto [- agr], o que impede que ele atribua ao Pronome Caso Nominativo.

As duas estruturas descritas acima seriam gramaticais na Língua Portuguesa e poderiam ser representadas pelas seguintes árvores que se seguem nas figuras 1 e 2.

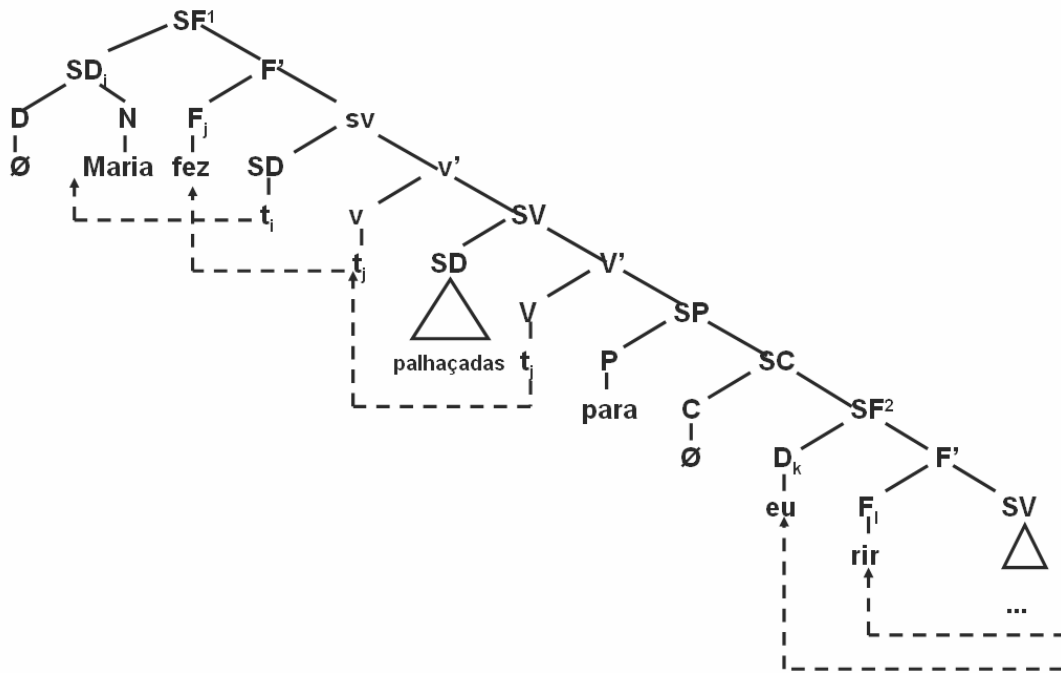


Figura 1 – Marcação Canônica de Caso.

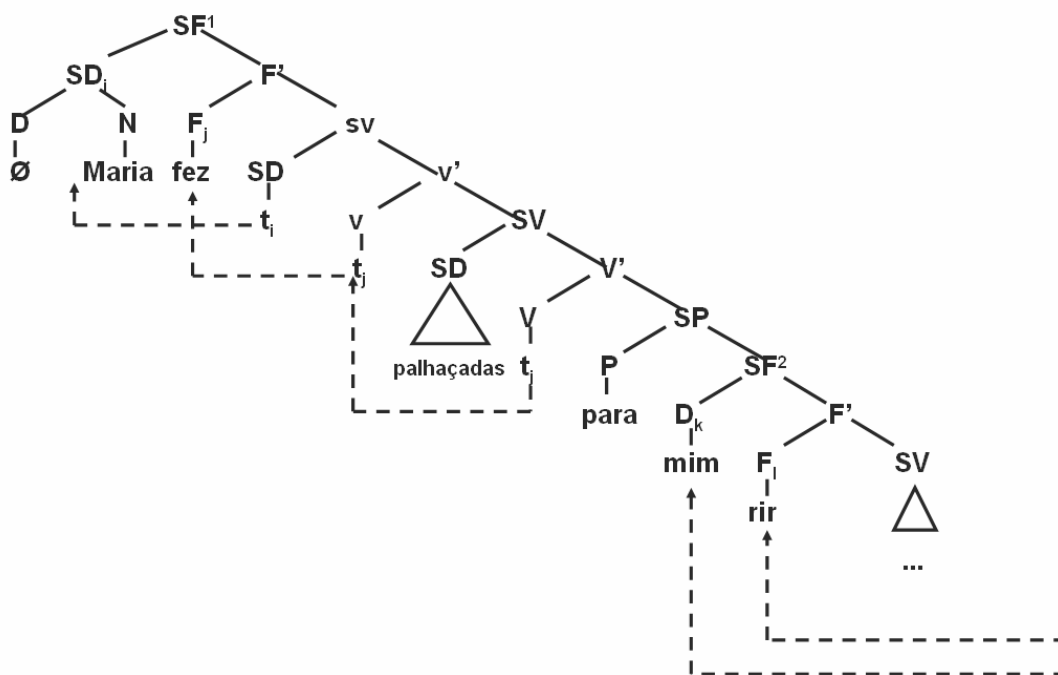


Figura 2 – Marcação Excepcional de Caso

Sem dúvida a descrição proposta pela teoria gerativa é bem mais consistente do que as prescrições da gramática normativa, porém, mesmo assim, ela ainda não satisfaz o objetivo deste trabalho, que é o de buscar uma explicação para o uso da Construção *para + mim + infinitivo*. A proposta de Mioto é de fato muito bem estruturada e muito bem amparada pelos princípios postulados por Chomsky no Minimalismo (CHOMSKY, 1995), mas não passa de uma descrição do fenômeno.

Se buscarmos nessa proposta uma explicação para o problema, chegaremos a uma argumentação circular. Afirmaremos que o Infinitivo nas construções com o Pronome Nominativo é pessoal porque atribui Caso Nominativo ao Pronome e que o Pronome está no Nominativo porque o Infinitivo é pessoal e, portanto, [+ agr]. Ou então, afirmaremos que há um SC vazio entre o núcleo P e o SF² porque a Preposição não está atribuindo Caso Oblíquo ao Pronome e que a Preposição não atribui Caso Oblíquo por estar o SF² bloqueado por um SC.

Mesmo que consideremos as outras evidências da existência do SC vazio – principalmente aquela que diz haver para a oração infinitiva uma contraparte desenvolvida com Verbo Finito no Subjuntivo e com um C *que* – veremos que trata-se de uma construção completamente diferente que, definitivamente, não indica o mesmo sentido da construção que analisamos. E mesmo que nos satisfizéssemos com as justificativas para

conceber as estruturas que representamos nas figuras 1 e 2, ainda assim tais explicações não nos diriam nada sobre os aspectos semânticos destas construções.

A descrição gerativista se apresenta como uma ótima descrição, como o próprio nome já diz, mas não como uma explicação satisfatória para o problema porque se concentra em suas características formais e em razões profundamente internas à própria teoria. Conforme veremos no capítulo 4, a proposta da existência de duas construções diferentes é insustentável quando trocam-se o falante-ouvinte ideal e os exemplos inventados pelos dados reais de fala, enunciados por pessoas de carne, osso e capacidade sociocognitiva exercida, de fato, na vida.

3- ELEMENTOS DE LINGÜÍSTICA COGNITIVA – A LINGUAGEM VISTA COMO UM PROCESSO DE PROJEÇÕES ENTRE DOMÍNIOS

Dada nossa insatisfação com as formas até aqui expostas de tratar nosso objeto de estudo, é chegada a hora de apresentarmos o instrumental teórico que sustentará nossa abordagem para o tratamento da Construção *para + mim + infinitivo*. Já sabemos que essa abordagem não pode trazer consigo o caráter prescritivista da gramática tradicional, duramente criticado neste trabalho, e nem restringir-se à descrição formal do fenômeno. Sendo assim, buscamos uma proposta teórica que seja capaz tanto de oferecer uma boa descrição para a Construção quanto de tratar das questões semânticas e históricas envolvidas em sua gênese.

Frente às nossas necessidades, optamos por trabalhar a análise do nosso objeto de estudo sob o foco da Lingüística Cognitiva, mais especificamente, sob o foco da Hipótese Sociocognitiva da Linguagem (SALOMÃO, 1997; 1999). Para tanto, faz-se necessário que revisitemos alguns conceitos desenvolvidos por essa corrente do pensamento lingüístico, quais sejam aqueles que empregaremos diretamente em nossas análises ou que subjazam a elas. Não é nossa intenção fazer uma revisão teórica completa da Lingüística Cognitivista da Califórnia podendo quem a busca encontrá-la, realizada sob diversos olhares, em inúmeras outras excelentes dissertações de mestrado na perspectiva cognitivista, produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Dessa forma, passaremos a apresentar os elementos teóricos da Lingüística Cognitiva que embasam nossas análises, começando pela Teoria da Integração Conceptual – ou Mesclagem – conforme desenvolvida em Fauconnier e Turner (2002) e suas implicações para os demais aspectos teóricos a serem discutidos neste trabalho. Faremos ainda um percurso pela noção de Construções Gramaticais, começando pelo texto de Goldberg (1995), no qual veremos a sistematização não processual de tal noção e chegando à tese de Mandelblit (1997), que, aliando a noção de Construções à de Integração Conceptual, propõe uma visão mais interessante para o problema. Revisitaremos, também, abordagens da Mudança Semântica, conforme definidas por Sweetser (1990) e Fauconnier e Turner (2002), que abrirão as portas para nosso tratamento analítico da expressão *para + mim + infinitivo*.

3.1- Os Processos Cognitivos como Projeções entre Domínios

Processos cognitivos são projeções entre domínios⁶, sejam eles de natureza conceptual, simbólica ou comunicativa. Quando processamos algum tipo de informação em um processo de interação, ativamos espaços mentais e realizamos projeções seletivas entre eles, criando, com base em domínios previamente ativados, novos domínios. A esse processo chamamos de *mesclagem* e é sobre ele que nos ocuparemos de falar agora.

Já em 1996, Fauconnier e Turner escrevem sobre a centralidade do processo de *mesclagem* em relação à gramática no artigo “*Blending as a central process in grammar*”, mas é em 2002 que publicam uma obra definitiva sobre o assunto. Em *The Way We Think – Conceptual Blending and The Mind’s Hidden Complexities*, os autores postulam que os processos cognitivos humanos se dão através da ativação de espaços mentais em redes que se constroem pela projeção seletiva de elementos advindos de certos espaços para outros. Cada rede é formada por, no mínimo, quatro espaços mentais, sendo um espaço genérico, dois espaços-fonte e um espaço-mescla.

No espaço genérico aparecem as características compartilhadas pelos espaços-fonte, ou seja, o esquema geral do processamento a ser realizado. Dessa forma, ele se apresenta como uma forma de domínio estável, configurado de maneira mais abstrata que os demais espaços, uma vez que se baseia, de acordo com Salomão, em “*expectativas bastante desencarnadas e por isso muito mais flexíveis em suas aplicações*” (SALOMÃO, 1999:30).

Nos espaços-fonte encontra-se a estrutura dos dois elementos a serem integrados. Tratam-se de dois espaços mentais, que podem consistir em domínios estáveis, tais como os Modelos Cognitivos Idealizados⁷, ou de domínios locais, ativados no momento da interação. É a partir desses espaços que serão realizados os mapeamentos entre os domínios e as projeções seletivas que gerarão o espaço-mescla.

É neste último, no espaço-mescla, que surge o resultado dessa integração conceptual. Por ser produto de uma integração dos espaços-fonte, o espaço-mescla possui

⁶ Na literatura considerada, *domínio* designa *grosso modo* aquilo que também se trata como *frame*: estruturas organizadas de memória, na forma de *cenos conceptuais* (mais especificadas ou mais genéricas); enquadramentos comunicativos destas mesmas cenas; molduras interacionais. Não é trivial que o termo *frame* seja usado por Minsky (para tratar de *esquemas conceptuais*), por Fillmore (para tratar, irrespectivamente, de *esquemas lexicais* ou *semânticos*) e por Goffman (para referir *arranjos entre papéis comunicativos*, no curso de uma interação).

⁷ Para uma boa definição de MCIs vide MIRANDA, op. cit.

elementos de ambos combinados de forma diferente, o que o torna distinto dos outros espaços da rede. Essa mesma combinação dos diferentes elementos faz surgir na mescla o que os autores chamam de estrutura emergente, a qual não se encontra em nenhum dos espaços-fonte. É importante ressaltar que nem todos os elementos dos espaços-fonte serão obrigatoriamente projetados para a mescla, sendo as projeções seletivas algo de importância central para a teoria.

Acompanhando os processos de mapeamento e projeção entre domínios, temos ainda processos de estabelecimento e Compressão de Relações Vitais, as quais podem ser definidas como sendo relações conceptuais de grande importância que regulam nossos processos de Integração Conceptual. São elas que guiam os processos de Mesclagem, possibilitando-nos atingir uma visão global em escala humana dos processamentos conceptuais, o que nos torna mais eficientes e criativos (FAUCONNIER & TURNER, 2002:92)

As Relações Vitais aparecem assim rotuladas pela primeira vez na obra de 2002, mas não podemos dizer que não tenha havido intuições prévias sobre as mesmas em trabalhos anteriores de Fauconnier e Turner. A única diferença reside no fato de que anteriormente, tais relações eram tratadas como conexões entre os espaços e não haviam sido definidas ainda com tamanha exatidão.

São quinze os tipos de relações vitais, quais sejam, *Mudança, Identidade, Tempo, Espaço, Causa-Efeito, Parte-Todo, Representação, Papel, Analogia, Desanalogia, Propriedade, Similaridade, Categoria, Intencionalidade e Unicidade*. E o mais interessante a se dizer sobre todas é o fato de que podem passar e, freqüentemente, passam por processos de compressão, os quais podem envolver uma ou mais de uma delas.

Cabe aqui um exemplo que possa demonstrar como realizamos compressões de relações vitais e como tais compressões nos tornam mais eficientes e criativos. Sendo assim, transponhamos o abismo que tende insistentemente a ser colocado entre os estudos literários e os lingüísticos e analisemos *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, como um ótimo exemplo de Compressão de relações vitais.

Pois bem, qualquer pessoa minimamente iniciada na Literatura Brasileira sabe, mesmo que tenha apenas lido o resumo do livro, que o mesmo é escrito por um homem, o próprio Dom Casmurro, que se propõe contar sua história de vida junto com sua amada Capitu, partindo de sua infância até chegar à idade adulta. Nossa hipotética pessoa minimamente iniciada sabe também que a grande questão discutida no livro é o adultério

supostamente cometido por Capitu e que, na verdade, todo o texto é uma argumentação muito bem construída que visa a demonstrar que, desde pequena, ela já apresentava indícios de que trairia Bento Santiago.

Eis aí a grande Compressão de Relações Vitais que estrutura todo o romance. Bento Santiago, autodenominado Dom Casmurro, conta sua história no intuito de encontrar razões que justifiquem sua crença na traição de Capitu e Escobar, começando por buscá-las ainda na infância. Ora, nesse caso a compressão de *Mudança* em *Identidade* fica bastante clara: se acredita-se que uma atitude na idade adulta tenha suas causas na infância, logo, assume-se que o indivíduo em questão continua o mesmo, apesar de todos os anos que o separam nos dois momentos. Dessa forma, as mudanças pelas quais o indivíduo passou durante seu amadurecimento, as quais já são um resultado da compressão da *Desanalogia* entre as várias fases da vida em *Mudança*, são comprimidas em *Identidade* e *Unicidade*. Ou seja, há um único indivíduo que ao mesmo tempo é um adulto adúltero e uma criança em cujas ações da infância estão as indicações dos atos posteriores.

No capítulo final do livro, há uma passagem que demonstra como essa compressão de relações vitais, acima demonstrada, em relação a Capitu de fato organiza o romance. Escreve Dom Casmurro que

O resto [do livro] é saber se a Capitu da praia da Glória já estava dentro da de Mata-cavalos, ou se esta foi mudada naquela por efeito de algum caso ou incidente. (...) Mas eu creio que não, e tu concordarás comigo; se te lembras bem da Capitu menina, hás de reconhecer que uma estava dentro da outra, como a fruta dentro da casca. (ASSIS, 1996:160)

Veja que já demonstramos a questão da compressão das relações de *Mudança*, *Identidade* e *Unicidade* em relação à Capitu, passemos agora a analisá-las em relação a Bento Santiago, personagem principal e narrador da história. Vejamos, da mesma forma que faz em relação à sua infiel esposa, o personagem Dom Casmurro também busca na sua infância causas e justificativas para acontecimentos de sua vida adulta.

Algo que chama muito a atenção em relação ao personagem-narrador Dom Casmurro é justamente o fato de ele o ser, ou seja, ser ao mesmo tempo personagem e narrador. Note-se que o próprio título de personagem-narrador já é uma enorme compressão de *Identidade* em *Unicidade*, afinal, temos dois entes – um narrador e um personagem – que interagem e se sobrepõe ao contar a história. Por isso não nos é possível afirmar se quem narra os fatos em Dom Casmurro é de fato um simples narrador ou um personagem advogando em causa própria. Em termos bakhtinianos, a polifonia presente

nesta obra machadiana demonstra claramente a compressão de identidades distintas em uma única.

Além disso, e agora falamos mais do personagem do que do narrador, Bento Santiago é em si uma grande mescla, sendo que muitas vezes deixa escapar conscientemente no texto suas projeções seletivas. Observemos este trecho do capítulo 2:

Um dia, há bastantes anos, lembrou-me reproduzir no Engenho Novo a casa em que me criei na antiga Rua de Mata-cavalos, dando-lhe o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu. Construtor e pintor entenderam bem as indicações que lhes fiz: é o mesmo prédio assobradado, três janelas de frente, varanda ao fundo, as mesmas alcovas e salas. (...) O mais também é análogo e parecido. Tenho chacinha, flores, legume, uma casuarina, um poço e um lavadouro. Uso louça velha e mobília velha. Enfim, agora, como outrora, há aqui o mesmo contraste da vida interior, que é pacata, com a exterior, que é ruidosa. O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Se só me faltassem os outros, vá; um homem consola-se mais ou menos das pessoas que perde; mas falta eu mesmo, e esta lacuna é tudo. (ASSIS, 1996:18)

É possível notar claramente neste trecho que o personagem de Bento tenta recuperar sua adolescência através de uma compressão da Relação Vital de *Espaço* ao reproduzir sua casa. Trata-se de um personagem que afirma ter lacunas em sua identidade e que reconhece as mudanças ocorridas ao longo de sua vida como desanalogias. Enquanto apresenta incrível facilidade em comprimir a *Desanalogia* em *Mudança* e esta em *Identidade* no caso de Capitu, Dom Casmurro tem dificuldades em fazer isso em relação a ele mesmo. Sua sensação de falta de si mesmo deve-se ao fato de não conseguir comprimir os vários momentos de sua vida em *Mudança* e tal *Mudança* em uma *Identidade* única: ele mesmo. *Dom Casmurro* é a busca de Bento Santiago pelas compressões não realizadas e por um sentido para seu atual estado de vida.

O sucesso e a grandeza dessa obra residem no brilhantismo do escritor em representar os complexos processos que corroboram na formação de nossa identidade sob diversos focos, desde a compressão total da *Identidade* de Capitu, passando pela unicidade polifônica de narrador-personagem, até os questionamentos interiores do desanálogo Dom Casmurro.

Além das Compressões das Relações Vitais, os processos de mapeamento entre os espaços e de projeção para a mescla serão responsáveis pela configuração das redes de integração conceptual em cinco tipos diferentes: Redes Simplíssimas; em Espelho; de Escopo Único; de Escopo Duplo e de Escopo Múltiplo. A partir de agora veremos cada uma delas através de exemplos, o que nos ajudará, não só a entender melhor tal

classificação, mas também contribuirá para familiarizar o leitor com as representações gráficas de tais processos.

Começando pela Rede Simplíssima, tomemos como exemplo uma sentença cotidiana do tipo '*Luiz é pai de Paulo*' representada na Figura 3.

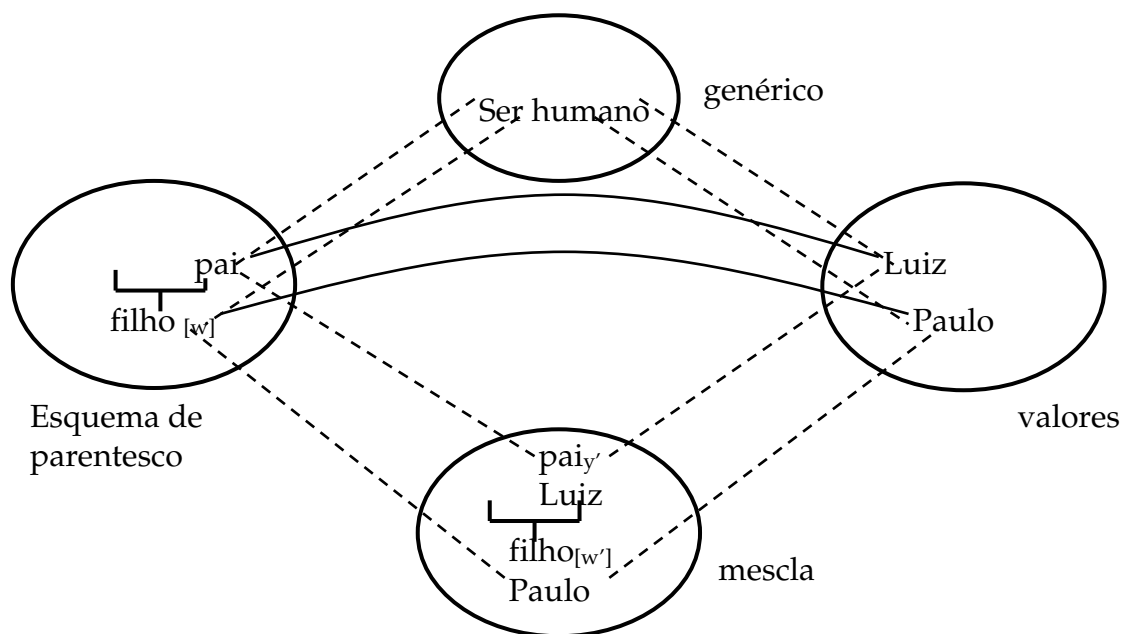


Figura 3 – Rede de Integração Conceptual Simplíssima

Conforme explicamos anteriormente, cada rede deve possuir, no mínimo, quatro espaços mentais e, no caso das simplíssimas, são apenas quatro os espaços envolvidos. Cada espaço acima é representado por uma elipse, sendo que, no espaço genérico, temos o esquema geral do processamento, ou seja, o campo semântico no qual vai se desenvolver a mesclagem. Nos dois espaços-fonte temos os elementos a serem mesclados. Nesse caso, e isso é o que caracteriza esta rede como sendo uma rede simplíssima, temos em um dos espaços apenas os *valores*, ou seja, os elementos concretos envolvidos, enquanto no outro aparecem apenas o esquema conceptual evocado, neste caso, o da paternidade, que se constitui de dois lugares: dois papéis funcionais, *pai* e *filho*. O segundo papel (*filho*) é evocado do esquema inferencialmente. O mapeamento ocorrido se dá de um valor para uma função do esquema. Esse tipo de mapeamento é característico das redes simplíssimas. Na última elipse está representado o espaço-mescla, no qual os valores *Luiz* e *Paulo* já se encontram mapeados aos papéis de pai e filho, respectivamente.

As linhas que há entre os espaços demonstram as projeções realizadas durante o processo de mesclagem. Podemos notar que elas representam o *mapeamento valor-papel*

entre os inputs, o que indica a principal relação vital existente nesta rede. As linhas que ligam os espaços fonte à mescla mostram as projeções que foram feitas daqueles para esta e as que os ligam ao espaço genérico demonstram que os espaços-fonte compartilham com o genérico o campo semântico em questão. Não há choques entre os espaços e nem compressões realizadas entre os mesmos, vez que há apenas um esquema organizador e o mapeamento é feito de valores para papéis na proporção de um para um.

Passemos agora a analisar um outro tipo de rede: a *rede em espelho*. Em tais redes, tanto o espaço genérico, quanto os espaços-fonte e também a mescla compartilham um esquema ou *frame* organizacional (FAUCONNIER & TURNER, 2002:122). Diferentemente das *redes simplíssimas*, em que há um espaço que contém o esquema e outro com os valores, o que temos agora são dois espaços em que há um esquema e os respectivos valores. Como exemplo para tal tipo de rede, podemos citar um famoso slogan de uma antiga campanha publicitária da Vodka Orloff, em cujas propagandas televisivas sempre ocorriam encontros inusitados entre um determinado indivíduo e ele mesmo. Em tais encontros, o indivíduo em questão sempre se apresentava de duas formas bem distintas, uma, a do presente, em que poderia ser apontado por qualquer um como uma pessoa qualquer, com indícios de fracasso, e a outra, a do futuro, em que aparentava ser uma pessoa de sucesso, sempre rodeado de belas mulheres. Surpreso com o encontro consigo mesmo, o indivíduo sempre perguntava nas propagandas quem era aquele que compartilhava sua aparência, ao que o outro respondia: *'Eu sou você amanhã'*.

Tal mudança de status era atribuída na propaganda ao consumo da vodka e recebia o nome sugestivo de *'o efeito Orloff'*. Ora, temos claramente neste exemplo o recrutamento de dois espaços-fonte que compartilham um mesmo esquema organizador e valores distintos, uma vez que um deles retrata o momento presente enquanto o outro demonstra uma situação no futuro. Quando mesclados, temos acesso à projeção que explica o referido efeito, ou seja, temos os dois indivíduos comprimidos em um só, naquele do futuro, que já colheu os frutos do consumo da bebida. Através dessa projeção, o indivíduo do presente pode também atingir o status de sucesso, desde que tenha consumido a vodka.

Há ainda que se considerar neste ponto o fato de quem consome bebida alcoólica, no dia seguinte tende a acordar **pior** do que estava antes. A sugestão aqui é de que, consumindo Orloff, o indivíduo acordará **melhor**. Eis outra mescla, esta por *Desanalogia*.

Vejamos, por fim, a representação gráfica da rede:

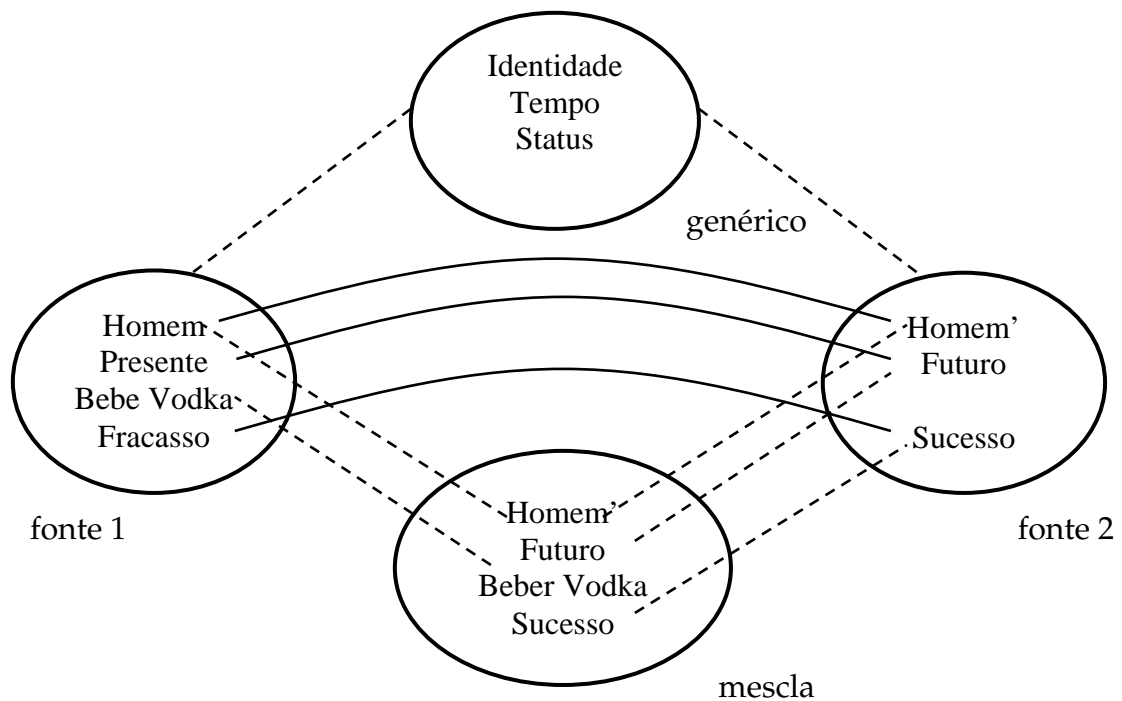


Figura 4 – Rede de Integração Conceptual em Espelho

Outro tipo de rede de integração conceptual que podemos encontrar são as de *escopo único*. Neste tipo de rede, cada espaço-fonte apresenta um esquema organizador, mas, no momento da integração, apenas um deles prevalece, enquadrando o outro. As redes de escopo único são muito comuns em metáforas tais como aquelas que encontramos na obra de Lakoff e Johnson (2002) [1980]. Quando dizemos, por exemplo, ‘*Ao longo da minha vida, encontrei muitas pedras no caminho*’ estamos usando uma dessas metáforas, mais especificamente aquela através da qual o tempo é conceptualizado como espaço e a vida conceptualizada como uma viagem. Vejamos a representação dessa rede abaixo:

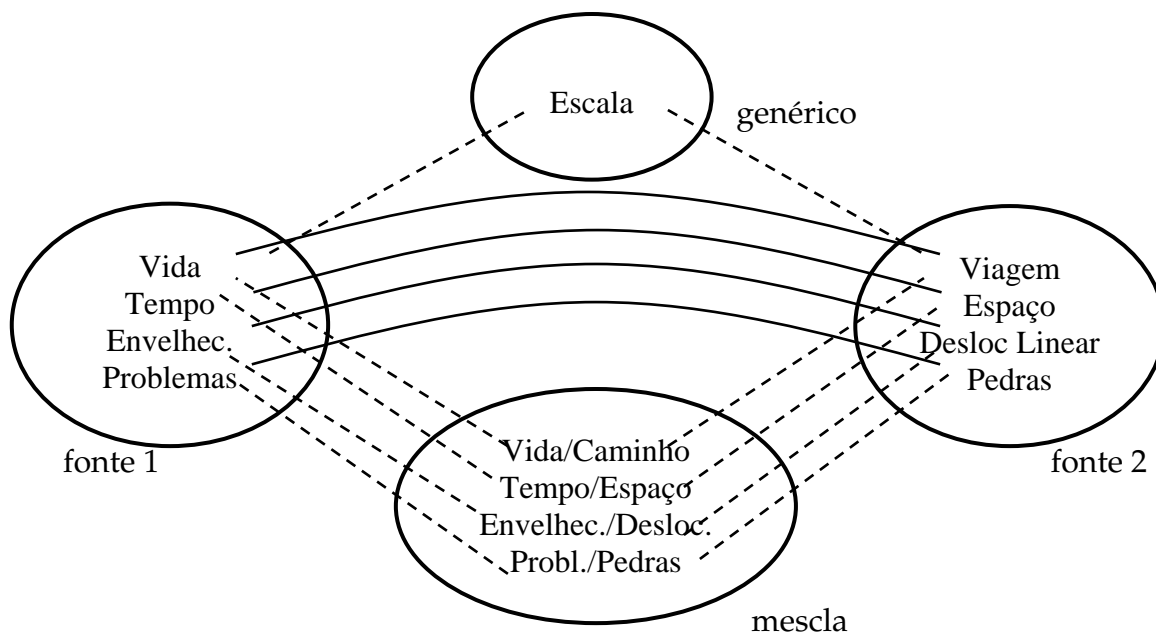


Figura 5 – Rede de Integração Conceptual de Escopo Único

Podemos notar acima que temos em cada um dos espaços-fonte um esquema de escalas, sendo uma de tempo e outra de espaço. Porém, ao realizarmos as projeções seletivas para o espaço-mescla, notamos que é o espaço-fonte 2 quem fornece o esquema organizador, apesar de ser possível fazer referência aos dois espaços.

Por fim, o último tipo de rede de integração conceptual proposto por Fauconnier e Turner (2002) seria a de *escopo duplo*. Segundo os autores é a nossa capacidade de realizar as integrações conceptuais deste tipo que nos diferencia dos outros animais, que nos faz viver como vivemos e que nos permitiu desenvolver evolutivamente a capacidade da linguagem. As *redes de escopo duplo* caracterizam um processo de integração conceptual em que os dois espaços-fonte contribuem com esquemas organizadores que se mesclam, para construir um novo enquadre.

Um excelente exemplo deste tipo de rede, dado pelos autores supracitados no capítulo 13, é a nossa forma de conceptualizar os vírus de computador. Se olharmos com atenção, veremos que este conceito é organizado por dois enquadres diferentes, o da informática e o da biologia. Um vírus de computador é um programa desenvolvido por alguém iniciado em linguagens de programação que serve para danificar o computador de

alguém, ou torná-lo vulnerável a outros tipos de ataque. Em última análise, trata-se de uma seqüência de números e algoritmos que, interagindo com outros algoritmos do sistema operacional acabam por gerar as conseqüências que todos conhecemos.

Porém, mesmo sendo um algoritmo, um vírus de computador – daí o nome vírus – guarda muitas semelhanças com os vírus biológicos, quais sejam sua capacidade de invadir um sistema, sua replicabilidade, sua capacidade de desordenar o sistema invadido e também a de causar-lhe danos.

Essa semelhança é tão grande e a mesclagem dos enquadres é tão evidente que todo o vocabulário utilizado no mundo da informática para se referir a este tipo de algoritmo é advindo da biologia. Você pode instalar um programa antivírus no seu computador para *protegê-lo* dos vírus, ou *aplicar vacinas* contra os mesmos. Caso não seja possível *desinfecar* o arquivo, o programa pode colocá-lo em *quarentena*, até que se descubra uma solução para a *infecção*.

Outro excelente exemplo de *redes de integração conceptual de duplo escopo* é o signo lingüístico. Signos também são projeções entre domínios, quais sejam um fônico-articulatório e um conceptual. A mesclagem entre as diversas instanciações destes dois domínios dá origem aos diversos signos que compõem uma dada língua. E neste caso não estamos nos restringindo apenas aos signos léxicos, mas também a qualquer estrutura sintática, uma vez que acreditamos que toda regra sintática nada mais é que um signo lingüístico aberto, em que os valores que ocuparão os domínios envolvidos no processo de mesclagem podem ser preenchidos a partir da seleção de outros signos – *mesclas* – que existam no inventário da língua.

A tese da centralidade da mesclagem de *duplo escopo* em nosso processamento lingüístico não se restringe a esta breve explanação que fizemos acima sobre o signo. Fauconnier e Turner (2002) dedicam um capítulo inteiro de seu livro mais recente – o de número nove – à postulação de uma hipótese para a origem da linguagem humana totalmente centrada no desenvolvimento de nossa capacidade de realizar integrações desta natureza.

A partir deste postulado, passaremos a definir melhor a noção de construções gramaticais que podem ser vistas, nessa nova perspectiva, como signos lingüísticos, uma vez que são formadas por pares de forma e sentido que são integrados em um esquema lingüístico.

3.2- A Gramática das Construções

Toda vez que nos referirmos a construções neste trabalho, o faremos com base nos conceitos apresentados por Goldberg (1995), que, seguindo o caminho teórico previamente trilhado por Fillmore, Kay, Lakoff e outros partidários da Linguística Cognitiva, define o que seja uma Construção da seguinte forma:

C é uma Construção sse C é um par forma-sentido <Fi, Si> de tal forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não é estritamente preditível a partir das partes componentes de C ou a partir de outras construções previamente estabelecidas. (GOLDBERG, 1995:4)⁸

Através desta definição tão sucinta, Goldberg firma a pedra fundamental de onde derivarão as implicações teóricas da Gramática das Construções. Salta aos olhos, a partir desta definição, o ponto principal de dissidência desta abordagem em relação às outras gramáticas, ou seja, a negação da Hipótese Forte da Composicionalidade. Ao dizer que os aspectos do sentido não são preditíveis a partir das partes que compõem uma Construção, esta proposta rompe com este paradigma e inaugura um novo, em que a soma dos significados das partes, definitivamente, não é igual ao significado do todo. O que não significa porém dizer que não seja possível fazer generalizações. A diferença aqui é que, por não serem os elementos lexicais os únicos a contribuir com os significados, e por reconhecer-se também a parcela de significado trazida pela própria Construção, não é preciso postular *n* significados diferentes para uma mesma entrada lexical. Basta considerar que um dado Verbo, por exemplo, possui um sentido básico que será adequado à Construção em que o mesmo figurar.

Dentro desta perspectiva, surgem outros aspectos de diferenciação teórica, tais como a adoção de uma **visão de continuidade entre o léxico e a sintaxe**: dentro da Gramática das Construções os elementos léxicos também são vistos como Construções, pois, assim como as seqüências sintáticas, compõem-se de pares forma-sentido, sendo porém menos complexos e menos extensos fonologicamente.

Outro ponto diferencial desta abordagem é a negação da divisão absoluta entre semântica e pragmática: fatores tradicionalmente pragmáticos, como topicalização, são considerados juntamente com os tradicionalmente semânticos, como os papéis θ .

Além disso, a abordagem construcional da gramática evita a circularidade que postula regras lexicais para explicar a seleção argumental de Verbos ao mesmo tempo em

⁸ Todas as traduções de citações deste trabalho são de autoria e responsabilidade do autor.

que define quais sejam tais regras a partir da própria seleção argumental. Na Gramática das Construções trata-se a seleção argumental como algo que não depende exclusivamente do Verbo, mas que está também associado ao esquema da Construção. Cabe ao Verbo, com base em seu – ou seus – significado(s) básico(s) integrar-se ao significado da Construção (GOLDBERG, 1995:11).

Desta forma, pode-se dizer que em cada Construção ocorre uma integração entre o esquema de significado⁹ do Verbo e o esquema de significado da Construção. Entre os elementos que fazem parte do esquema de significado do Verbo, temos a definição dos *papéis de participante*, ou seja, aqueles envolvidos no significado básico do mesmo. Assim, por exemplo, no Verbo *chutar* teríamos dois papéis de participantes: o *chutador* e o *objeto chutado*. Tais papéis de participantes não devem ser confundidos com os *papéis argumentais*, ou *papéis-θ*. Estes são definidos pela Construção e têm como exemplos os papéis de Agente, Paciente, Tema, Experienciador etc.

Quando da produção de uma dada Construção estes esquemas se integram para que o esquema final de significado possa ser formado. Assim, imaginemos que alguém dissesse *O menino chutou a bola na janela*. Teríamos portanto a integração de dois esquemas: (a) o do Verbo *chutar*, que, conforme vimos, envolve um *chutador* – o menino – e um *objeto chutado* – a bola – e (b) o da **Construção de Movimento Causado** que envolve um *Agente*, um *Paciente* e um *Alvo*. Assim, a representação de tal Construção segundo Goldberg (1995) seria da seguinte forma:

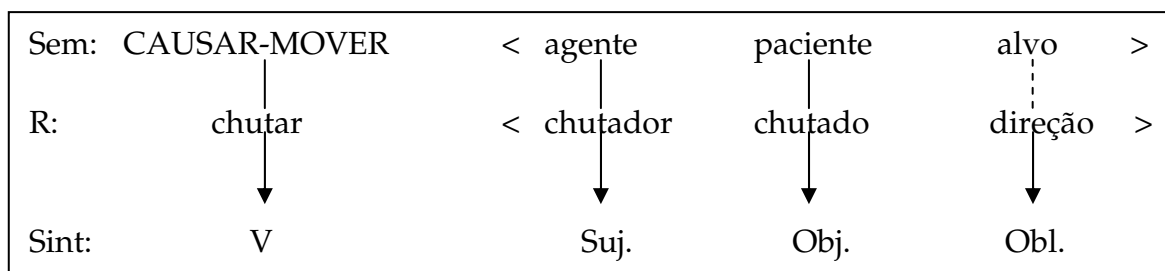


Figura 6: Representação da Construção de Movimento Causado

Na primeira linha vem representado o esquema semântico da Construção, com seus *papéis temáticos*; na segunda o esquema do Verbo e seus *papéis de participantes* e, na

⁹ Ao nos referirmos à esquemas de significado, estamos, assim como Goldberg, adotando a noção de esquema encontrada em Fillmore (1977b) de que toda designação semântica é feita com base em referências a um enquadre que envolve conhecimentos prévios em relação ao mundo organizado segundo a cultura a que o indivíduo pertence.

última, o lado formal do pareamento forma-sentido da Construção, ou seja, a configuração sintática que a mesma assume.

Ora, sem dúvida esta representação merece algumas explicações que ainda não foram dadas por nós. Pois bem, já dissemos que há uma integração entre os papéis *argumentais* trazidos pela Construção e os de *participantes*, trazidos pelo Verbo. Tal integração se dá obedecendo a dois princípios: (a) o da *Coerência Semântica* e (b) o da *Correspondência*. O primeiro reza que apenas papéis que sejam semanticamente compatíveis podem ser integrados, ou seja, os papéis de participantes devem ser instanciações dos papéis argumentais aos quais serão integrados; desta forma, o *chutador* só poderia ser integrado ao Agente, vez que aquele é uma instanciação deste. Já o segundo princípio afirma que todos os participantes selecionados pelo Verbo devem ser integrados a papéis argumentais da Construção.

É interessante notar na Figura 6 que a Construção contribui com um *papel argumental* que não possuía correspondência direta e imediata com algum papel de participante do esquema básico do Verbo. Isso é perfeitamente possível. Muitas vezes as construções contribuem com papéis argumentais que serão preenchidos ou não, quando da fusão, por elementos selecionados pelo Verbo. Quando dissemos mais acima que o Verbo tem um significado básico que se integra ao da Construção nos referíamos também a essa questão. Muitas vezes uma Construção pode alterar o esquema básico de um Verbo, o qual modifica o seu significado ao integrar-se a ela.

Uma vez postulado então que as construções podem contribuir com papéis argumentais que não sejam previstos em suas instanciações no esquema básico do Verbo, faz-se necessário postular a existência de esquemas construcionais anteriores à sua amalgamação aos esquemas verbais. Segundo Goldberg (1995:39) as construções derivam-se de um conjunto finito de cenas ou eventos básicos que é delineado para cada língua. Assim, surge a Hipótese da Codificação das Cenas, segundo a qual:

Construções que correspondem a tipos básicos de sentenças codificam, como seus significados centrais, tipos de eventos que são básicos para a experiência humana. (GOLDBERG, 1995:39)

As construções básicas estão associadas aos Verbos mais básicos de uma dada língua, justamente àqueles que são aprendidos em primeiro lugar pelas crianças. Neste sentido é interessante mencionarmos o item 2.3.2 da obra de Goldberg, em que a autora retoma estudos da Psicolinguística que visavam a demonstrar quais Verbos eram

aprendidos em um primeiro momento pelas crianças. Ela nos mostra que estes Verbos representam cenas cotidianas relevantes para a experiência humana, ou seja, representam uma construção básica. O que a criança faz é, portanto, associar um conceito básico que ela já domina a uma dada forma verbal (GOLDBERG, 1995:41-43).

Prosseguindo com seu tratamento teórico das construções, no capítulo 3 de seu livro *Constructions*, Goldberg (1995) propõe a noção de *Links entre Construções*, para explicar o surgimento de novas construções a partir daquelas mais básicas, existentes na língua. Nesse sentido, afirma que construções que possuem algum tipo de semelhança sintática, ou seja, que guardam algum tipo de relação entre suas formas, estão ligadas entre si por um dado *link de herança*. Além disso, Goldberg também afirma que tais relações entre as construções seguem quatro princípios organizacionais.

O primeiro princípio é o da *Motivação Maximizada*, segundo o qual, se uma dada Construção é sintaticamente relacionada a outra, então, **seu sistema é motivado**, ou seja, ela também se relaciona com a outra semanticamente. Já o segundo princípio, o da *Não-Sinonímia*, reza que, se uma Construção é diferente da outra sintaticamente, então, ela também o será semanticamente ou pragmaticamente. Como exemplo, temos a variação entre as vozes ativa e passiva que, se por um lado, mantêm uma equivalência semântica, diferem pragmaticamente.

O terceiro princípio, o da *Máxima Força Expressiva*, diz que o número de construções existentes em uma língua será maximizado para atender aos propósitos comunicativos. Ou seja, caso seja necessário indicar ao interlocutor eventos cujas particularidades não sejam prontamente acessíveis via projeções entre os domínios que compõem os signos existentes, um novo signo – ou Construção – será criado na língua visando a atender esta necessidade. Por fim, o quarto princípio é aquele que funciona como um limitador ao terceiro. O *Princípio da Economia Maximizada* diz que possuímos todas as construções de que precisamos em uma língua, mas apenas elas. Este é o princípio que evita a criação de novas construções que não sejam absolutamente necessárias, ou seja, que não se diferenciem semântica ou pragmaticamente de suas construções-mães.

Expostos os *Princípios* que regulam as relações entre as construções, passamos a explicar como podem-se dar essas relações. Quatro são os tipos de *Links* propostos para as relações de herança entre construções. O primeiro são os *Links Polissêmicos*, que ocorrem quando novas construções são criadas como extensões de um sentido básico. As construções herdeiras mantêm a configuração sintática da construção base. Como exemplo

desse tipo de *Link*, temos as várias construções derivadas da noção básica de transferência, tais como *‘João prometeu um carro pro Pedro’*, na qual está claro que a transferência considerada é virtual e não real como seria o caso de *‘João deu um carro pro Pedro’*.

Os *Links de Subparte* são os que ocorrem quando novas construções herdam parte da estrutura de uma Construção-base. Como exemplo, podemos citar as Construções Incoativas, tais como *‘A roupa secou’*, que nascem de processos de herança de subparte de Construções Causativas Resultativas, como *‘O sol secou a roupa’*. Já os *Links de Instanciação* se dão se uma dada Construção for considerada como uma realização especial de uma outra: exemplos deste tipo de *Link* são as Construções Transitivas Agentivas em relação às Construções Transitivas Genéricas.

Por fim, os *Links de Extensão Metafórica* são os que ocorrem quando uma dada Construção é criada através de um mapeamento metafórico para outra, ou seja, quando conceptualiza-se metaforicamente algum elemento em uma dada Construção com base em outro, de uma Construção mais básica. Exemplos de tais links incluem sentenças como *‘Fulano levou toda a culpa’* em que *‘levar a culpa’* é mapeado metaforicamente para construções em que as coisas levadas são objetos concretos (e.g. *‘O caminhão levou toda a carga’*).

Apesar de Goldberg ter apresentado uma excelente proposta para a análise lingüística através de sua abordagem construcional da gramática e apesar do fato de que a utilizaremos em larga escala em nossa análise, incorporaremos a ela outros elementos. Os processos de Herança que originam o fenômeno estudado por nós não se enquadram entre os quatro previstos acima, além do que concordamos com Miranda (comunicação pessoal) em que a polissemia, mais que uma propriedade das redes construcionais, seja um efeito oriundo das relações figurativas que nelas se estabelecem.

Sendo assim, passaremos agora a abordar a noção de mesclagem das formas lingüísticas, central para o desenvolvimento deste trabalho.

3.3- Integração de Construções Lingüísticas

A proposta de explicar formas lingüisticamente complexas como integração de construções previamente existentes, anunciada em várias cooperações de Fauconnier e Turner, pelo menos desde 1995, é substanciada na tese de doutorado de Nili Mandelblit, de 1997.

Segundo tal proposta, resumida por Fauconnier e Turner (2002) no capítulo 17 de *The Way We Think*, para cada integração conceptual existe uma integração de formas lingüísticas, o que caracteriza uma espécie de releitura mais processual do pareamento forma-sentido proposto por Goldberg (1995). Esta releitura enriquece a abordagem construcional da gramática, uma vez que passa a analisá-la – a gramática – de forma mais integrada, levando em consideração a sua função principal que é a de ser um equipamento eficiente o bastante para alimentar os processos de compressão e descompressão que os participantes do processo interativo precisam realizar no seu esforço de mútua compreensão.

Cada forma lingüística, segundo Mandelblit (1997), é o produto de uma integração formal que é capaz de ativar ou desencadear o processo de integração conceptual correspondente. A autora afirma desenvolver em sua tese:

uma análise do processamento de sentenças (geração e interpretação) como sendo um caso de operações de mesclagem conceptual e lingüística, como se estruturas gramaticais servissem de marcadores formais de tais operações conceptuais. (MANDELBLIT, 1997:2)

Afirma mais adiante que:

Símbolos lingüísticos, em particular, parecem estar associados a (e, por essa razão, também despertam ou ativam) alguma forma de representação conceptual. (...) Considera-se que o processo de *integração lingüística* seja paralelo a um processo de *integração conceptual*. (MANDELBLIT, 1997:2)

Esta proposta é consoante com a visão de Fauconnier e Turner (2002). Os autores afirmam que, dentro de uma dada sociedade, uma série de padrões de compressão muito usuais acabam por se tornar convencionais e são associados a formas gramaticais bastante características (FAUCONNIER & TURNER, 2002:353). Esses padrões de compressões específicos configuram redes de integração, tanto formal quanto conceptual, específicas, fazendo com que unamos duas coisas em nosso processamento mental: um significado específico e uma forma específica.

Nas palavras dos próprios autores:

Nós podemos unir duas coisas mentalmente de várias maneiras. Mesclá-las é um subtipo dessas maneiras, e as mesclas que satisfazem os princípios reguladores são um subtipo ainda menor. Um subtipo menor ainda consiste naqueles padrões centrais de compressão que estão internalizados em uma dada cultura. O próximo subtipo abaixo consiste naqueles padrões centrais de compressão internalizados que se associam a formas gramaticais. (FAUCONNIER & TURNER, 2002:353)

Tal associação não se dá de forma totalmente direta, ou seja, a forma lingüística não oferece todas as informações sobre o evento ao qual se relaciona, ela apenas marca os caminhos que devem ser descobertos pelos seres humanos envolvidos no processo comunicativo quando estes forem descomprimir a referida forma, realizando, por si mesmos, as integrações conceptuais necessárias para que se chegue ao entendimento.

Por outro lado, assim como os espaços mentais, as formas lingüísticas também têm existência cognitiva, sendo, portanto, possível mesclá-las, assim como mesclamos qualquer outra entidade conceptual. Esta possibilidade de mesclar formas lingüísticas abre as portas para um novo processo de herança não descrito por Goldberg (1995) mas que desempenha papel vital na criação de novas construções na língua, incluindo-se entre elas aquela que nos propomos a analisar neste trabalho.

Desta forma, adotaremos como forma de análise da Construção *para + mim + infinitivo* justamente esta visão processual da abordagem construcional, em que cada processo de integração conceptual é indicado por um processo de integração lingüística, sendo o processo de herança por mesclagem o mais central em nossa análise.

Mudada a forma de entender o fenômeno, muda também a forma de representar o mesmo. Para que seja possível dar conta dos processos de integração ocorridos no pareamento forma-sentido da Construção, faz-se necessário acrescentar à notação de Goldberg (1995) a condição de registrar as projeções entre domínios. Assim, passamos a indicar a relação entre construções através de redes de integração de espaços mentais, bem semelhantes àquelas que desenhamos ao longo deste capítulo.

Vejamos, na Figura 7, o exemplo discutido por Mandelblit (1997) em sua tese: aquele da Construção de Movimento Causado. A escolha de tal exemplo também se mostra interessante pelo fato de ter sido esta a Construção que escolhemos para exemplificar a representação proposta por Goldberg (1995).

Note-se que a figura apresenta três espaços, sendo dois espaços-fonte e um espaço-mescla. Na Fonte 1 encontra-se representado o evento que se busca indicar com a forma lingüística, mostrada na Fonte 2. As projeções entre elementos do domínio conceptual e elementos do domínio formal constituem o pareamento forma sentido ao qual a proposta original da gramática das construções se refere. Feitos os mapeamentos entre os espaços, surge no espaço mescla uma Construção cujos valores já estão preenchidos pelos elementos selecionados do espaço-fonte que representa o evento em questão.

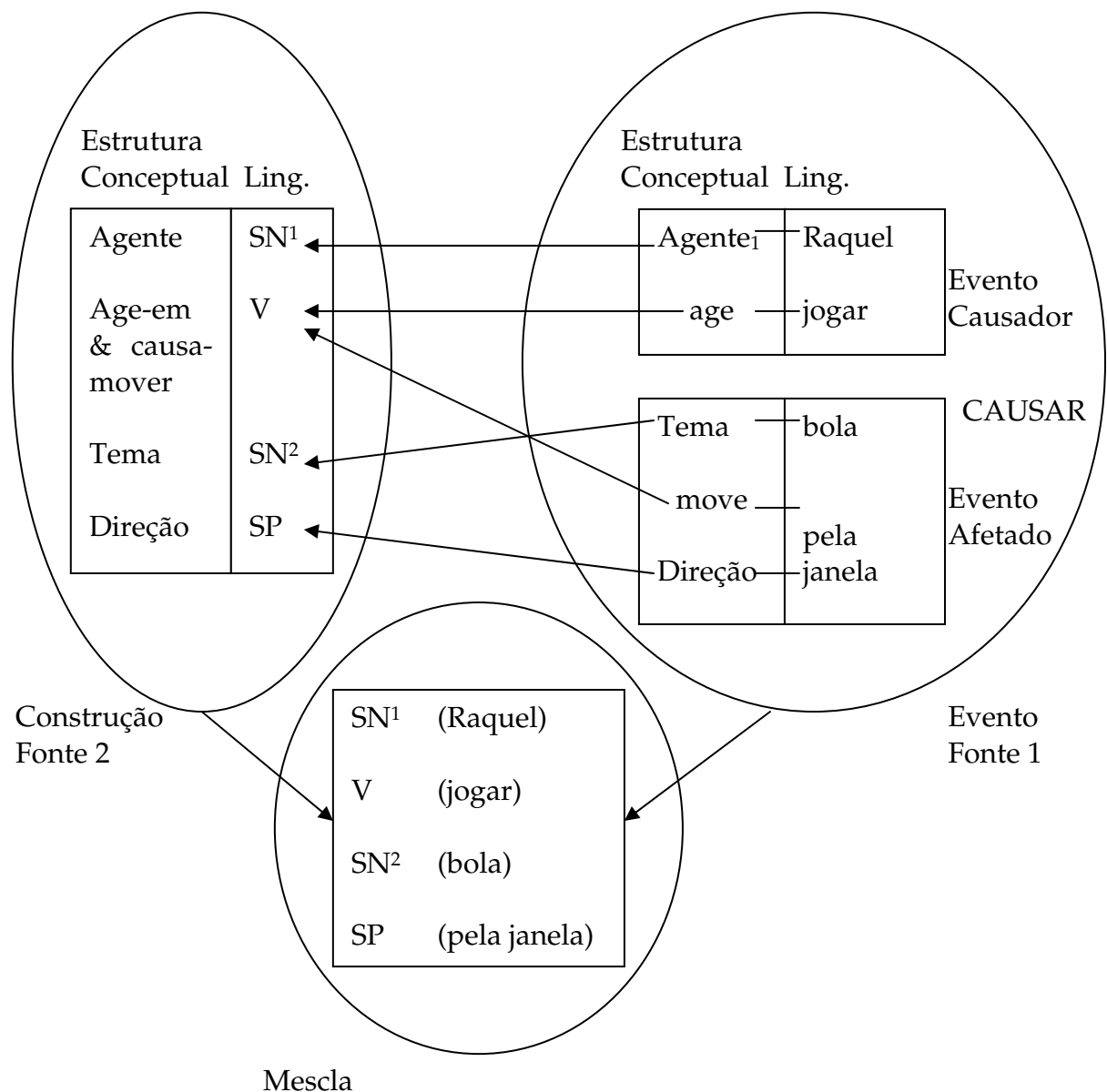


Figura 7: Exemplo de Construção de Movimento-Causado 'Raquel jogou a bola pela janela'

Note-se que cada uma das setas localizadas entre os espaços-fonte representa uma projeção realizada entre eles. Tais projeções seguem três princípios de otimalidade que fazem com que cada participante do evento seja mapeado a um papel disponível na Construção da melhor forma possível (MANDELBLIT, 1997:34). Segundo Mandelblit (1997) são os seguintes os princípios:

- Princípio 1: Apenas papéis que são percebidos como sendo semanticamente compatíveis podem ser mapeados entre si (este princípio segue o *Princípio da Coerência Semântica* para a fusão de Verbos e construções de Goldberg, 1995).
- Princípio 2: Quando dois participantes do evento concebido (Fonte 1) instanciam o mesmo papel temático e existe apenas um elemento correspondente na

Construção a ser integrada (Fonte 2), então a instanciação mais típica do papel (entre os dois participantes) será mapeada para a Construção a ser integrada. (...) Princípio 3: Nenhum participante da seqüência de eventos concebidos é mapeado para mais de um papel semântico na Construção a ser integrada. (MANDELBLIT, 1997:34)

No caso de nosso exemplo na Figura 7 podemos ver claramente que todos os princípios foram respeitados. É importante notar também que, além disso, ou seja, além do mapeamento dos papéis do evento para os da Construção, temos uma fusão conceptual das predicções na Fonte 1 no Verbo da Fonte 2.

3.4- A Questão da Mudança Semântica

Por fim, resta-nos levantar uma última questão que será fundamental para o desenvolvimento de nossa abordagem teórica, a qual, conforme dissemos anteriormente, baseia-se tanto nos aspectos sociocognitivos da linguagem quanto em seus aspectos diacrônicos.

Tal questão diz respeito à mudança lingüística, mais especificamente às mudanças semânticas pelas quais podem passar as formas lingüísticas, ampliando seu significado com o intuito de representar cenas da realidade humana que não eram recorrentes ou relevantes anteriormente. A grande questão que se coloca neste caso é o fato de que tais mudanças são muito lentas e dificilmente perceptíveis no tempo psíquico. Daí a necessidade de se fazer um estudo diacrônico da língua que seja capaz de mostrar justamente este percurso de mudança ao longo dos séculos. Neste sentido, optamos por buscar no Latim indícios da Construção em estudo, para que pudéssemos analisar quais processos possibilitaram a mudança semântica das formas lingüísticas envolvidas na configuração da mesma. Os frutos deste estudo diacrônico serão apresentados no próximo capítulo, mas, enquanto não chegamos a eles, vejamos alguns conceitos sobre mudança lingüística que iremos utilizar.

Primeiramente buscaremos em Sweetser (1990) uma nova forma de ver a mudança lingüística, diferente dos estudos neogramáticos de fonologia diacrônica, os quais buscavam encontrar no próprio sistema da língua as motivações para as mudanças. No nosso caso adotamos a noção de mudança semântica, conforme definida pela autora:

Na mudança semântica, uma forma adquire historicamente uma nova função para substituir ou ampliar suas velhas funções. (...) A questão (...) é saber se há ou não regularidades a serem observadas no que tange ao mapeamento de uma forma para múltiplas funções. Devo dizer que as há e que as regularidades não

podem ser apropriadamente capturadas por uma teoria semântica objetivista, dentro da qual o significado é pensado basicamente como uma relação entre palavra e mundo – i.e., entre uma forma lingüística e um objeto ou estado emocional referido ou descrito por essa forma. Porém, as regularidades observadas são naturais e prontamente motivadas dentro de uma teoria baseada cognitivamente, a qual não toma o “mundo real” objetivo, mas a percepção e o entendimento humanos do mundo como base para a estrutura da língua humana. (SWEETSER, 1990:1-2)

A partir deste conceito, Sweetser faz uma bela análise dos Verbos Modais em Inglês, argumentando que os mesmos não possuem dois sentidos distintos, um deôntico e um epistêmico, mas sim apresentam uma extensão de um significado mais básico, fundado em um esquema semântico de dinâmica de forças – conforme definido por Talmy (1981, 1988) –, para os domínios deôntico e, posteriormente, epistêmico e até mesmo pragmático (SWEETSER, 1990:50-53).

Assim, segundo a autora, em um primeiro momento, os Verbos Modais indicavam, a partir da conceptualização de um esquema de dinâmica de forças, a transposição de uma barreira potencial colocada entre uma dada origem e um dado destino. Assim, ao enunciar sentenças como *‘Eu posso chegar em casa mais cedo hoje’*, o falante estaria dizendo que não há uma barreira que o impeça realmente de cumprir seu objetivo, ou seja, a barreira potencial do esquema da dinâmica de forças não foi capaz de impedir a ação em questão. A partir deste esquema, surge o significado deôntico, ou raiz, do Verbo Modal.

Similarmente, quando enunciamos *‘Eu tenho que terminar minha dissertação’*, estamos conceptualizando a existência de uma determinada força que nos impele a cruzar as barreiras potenciais que impedem a conclusão do trabalho. Desta forma, Sweetser argumenta que o significado raiz dos Verbos Modais se deve a um processo metafórico que enquadra um mundo sócio-físico de obrigações e possibilidades segundo um mundo físico de transposição de barreiras.

A partir desta noção deôntica, o esquema de significado dos modais continua a ser projetado metaforicamente para outros domínios, entre eles, o epistêmico. Neste, a noção de força que impele o Sujeito a realizar uma dada ação passa a impeli-lo a acreditar em dada afirmação. Tal fato só se torna possível por que enquadramos nosso domínio epistêmico, metaforicamente, como um domínio sócio-físico (SWEETSER, 1990:59). Sendo assim, o uso de um modal como *poder* indica no domínio sócio-físico a ausência de barreiras que sejam capazes de impedir alguém de realizar um feito, enquanto, no domínio do pensamento, indica a ausência de elementos que impeçam alguém de acreditar em dado posto.

A autora ainda argumenta que a crença nessa transposição de um esquema inicialmente físico para um domínio epistêmico só é possível se levarmos em consideração que nossa capacidade cognitiva se baseia em realizar projeções entre domínios através de relações metafóricas. Caso adotemos uma visão objetivista do estudo do significado, não faz o menor sentido pensar que o esquema semântico que enquadra todos os diferentes usos dos Verbos modais seja o mesmo, afinal, estamos tratando de impedimentos físicos, sociais e epistemológicos da mesma forma. Porém, como acreditamos nessa capacidade projetiva da cognição humana, conseguimos facilmente entender que a noção de possibilidade epistêmica é a contraparte, no domínio do pensamento, da noção de permissão, no domínio do mundo real (SWEETSER, 1990:74). Conclui-se, portanto, que uma mesma forma lingüística muda seu sentido historicamente para abarcar os diversos domínios cognitivos que se relacionam metaforicamente.

Complementar a esta noção é o que encontramos em Fauconnier e Turner (2002). Os autores conseguem tratar de forma mais específica o que seria essa percepção humana do mundo e como ela estrutura as línguas. Ao tratarem da evolução cultural das línguas, afirmam que as mudanças lingüísticas se devem à não-especificação das redes de integração conceptuais. Conforme já foi exposto anteriormente, as formas lingüísticas apenas deflagram os vários aspectos das integrações conceptuais por elas ativadas, surgindo, portanto, um espaço para variações que, ao longo dos anos, podem produzir uma mudança lingüística específica. Pode ser que uma certa acepção se convencionalize associada ao uso da forma em questão: em outras palavras, que se **idiomatize**. A flutuação entre multideterminação do significante e a pressão estabilizadora em prol da eficácia comunicativa é constitutiva da natureza da linguagem e, por conseqüência, de sua mudança.

Fauconnier e Turner afirmam que os processos de integração, mesmo sendo centrais em nosso processamento mental, não criam uma relação direta e unívoca entre forma e significado. O pareamento destes dois elementos cognitivos pode se dar de formas diversas, dada a riqueza de nossa capacidade projetiva. Portanto, é possível que novos significados sejam integrados a formas já existentes, criando novas construções por mesclagem. Esta é a perspectiva adotada por nós.

4- A CONSTRUÇÃO DE DATIVO COM INFINITIVO – UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVISTA

Levantados e devidamente criticados os tratamentos já dados à Construção *para + mim + infinitivo* e escolhido o arcabouço teórico que dá sustentação a este trabalho, passemos agora a propor nossa forma de análise para o fenômeno em questão.

Nosso primeiro passo nesse sentido será enunciar nossa hipótese da existência de uma Construção em que um Nominal Dativo, seja ele um Pronome, Nome ou PRO, é Sujeito de um Verbo Infinitivo. Batizamos, portanto, neste momento, o esquema sintático *para x infinitivo* de Construção de Dativo com Infinitivo, ou, simplesmente, DCI. Obviamente, fica clara a semelhança desta nomenclatura com aquela proposta para as construções que, já no Latim, possuíam o Sujeito de um Infinitivo indicado por um elemento formal Acusativo, isto é, o célebre ACI – Acusativo com Infinitivo, ou, para os mais clássicos, *Accusatiuus cum Infinitivo*.

Tal semelhança tem uma razão de ser. A primeira coincidência entre as duas construções, não relativa à acronímia, é o fato de ambas ocorrerem em Latim ainda bem antes de sua deriva para o Português. A segunda deve-se ao fato de que em ambas há um elemento Sujeito do Infinitivo ao qual é atribuído um caso que não o Nominativo. O que propomos é que, da mesma forma que, no ACI, o Pronome Acusativo, ou Oblíquo Átono, acumula as funções de Objeto e Sujeito, de Tema e Agente – ou Experienciador – o Pronome Dativo, ou Oblíquo Tônico, no DCI, é ao mesmo tempo Complemento Oblíquo e Sujeito, Beneficiário e Agente – ou Experienciador.

Voltaremos mais a diante a tocar nestes pontos, sendo que agora o que nos concerne é justificar porque postulamos a existência desta Construção no Português.

Conforme visto no capítulo anterior, a definição de Goldberg (1995) para o que seja uma Construção apresenta como condição *sine qua non* o fato de que uma Construção só existe caso não seja igual a nenhuma outra já existente. Pois bem, sabemos haver em nossa língua uma Construção Transitiva Transferencial, herdada pela mesclagem de Construções Transitivas, tais como ‘*Ela compra roupa*’, com aquelas Transferenciais, cujo esquema sintático é *para x*. A referida Construção Transitiva Transferencial é constituída por um elemento que é Agente e atua sobre um Paciente fazendo com que o mesmo se transfira para um Beneficiário, ou Destinatário. Veja-se o exemplo:

- (5) Às vez ela **compra roupa para mim, para o meu pai, para ela**, com o dinheiro dela.
(PEUL/UFRJ – 24f15a8efcurs)

Tal esquema construcional pode se ligar por links a outras construções em que a transferência de posse seja condicionada por fatores externos, ou em que a mesma seja uma promessa feita a alguém, mas não realizada ainda. Para uma boa quantidade de exemplos de links desta Construção, vide Goldberg (1995:75), desde que seja feita a ressalva de que tais links não seriam polissêmicos, mas sim condicionados pelas relações metafóricas entre as construções. A Figura 8 representa uma Construção Transitiva Transferencial prototípica em Português.

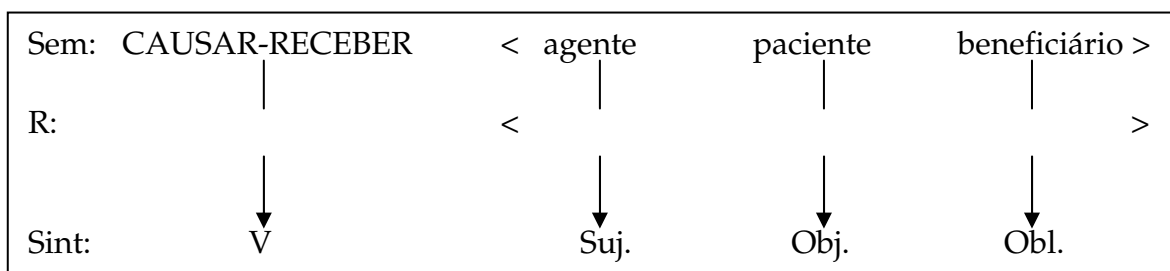


Figura 8: A Construção Transitiva Transferencial

Sabemos também que há em Português uma Construção Transitiva Básica, em que um Agente age sobre um Paciente.

- (6) **Arrumo a casa, lavo a roupa**, às vez, quando eles vem lá de Brasília para aí, deixa a roupa. (PEUL/UFRJ – 04f25a3efcurs)

Tal Construção pode ser representada protipicamente conforme a figura abaixo.

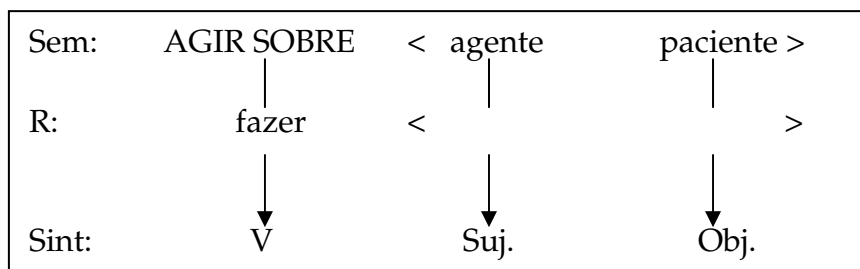


Figura 9: A Construção Transitiva Básica

Pois bem, na primeira podemos ter facilmente um Pronome ou Nome Dativos que ocupem a função de Beneficiário, afinal, sentenças como *'Ele mandou o livro pra mim'* são muito frequentes em Português. Já na segunda, pode também ocorrer um Pronome ou Nome na posição de Agente, gerando sentenças como *'Eu lerei o livro'*. Porém, em nenhuma das duas existe um elemento que seja capaz de amalgamar as duas funções, a de Beneficiário e Agente. Sendo assim, dada essa capacidade do Nominal de comprimir estes

dois papéis temáticos, o DCI se torna, de fato, uma Construção do Português, herdada das duas acima, conforme veremos no próximo item.

Há ainda que se ressaltar que, por ser produto de um processo de mesclagem, o DCI apresenta-se de modo a indicar uma idéia de finalidade do segundo evento retratado na construção, o qual se apresenta como uma espécie de resultante provável do primeiro evento. Tal processo de mesclagem respeita dos Princípios que regulam as relações entre as construções.

Lembremos que o terceiro princípio, o da *Máxima Força Expressiva*, dizia que o número de construções existentes em uma língua será maximizado para atender a propósitos comunicativos. Desta forma, como estamos propondo uma Construção em que um Nominal seja Sujeito do Verbo Infinitivo, que passou por processos específicos de herança a partir de outras construções mais básicas, precisamos justificar tal processo de herança, precisamos justificar as mudanças que deram-lhe origem, e esse princípio é sem dúvida uma boa razão para tanto. Pelo fato de o DCI representar uma cena específica e recorrente da vida humana, tal Construção teria sido adicionada ao inventário de construções da língua com a finalidade de atender a necessidades comunicativas, exatamente conforme está claro no princípio em questão.

Quanto ao *Princípio da Economia Maximizada*, lembremos que o mesmo afirma que possuímos todas as construções de que precisamos em nossa língua e somente elas. Este princípio também valida nossa hipótese, já que, dada a recorrência do DCI nos dados, tal Construção é de fato relevante na língua, sendo semanticamente diferente das outras às quais está ligada.

Respeitados os princípios que regulam a herança construcional, vejamos como ela se dá neste caso.

4.1- O Processo de Herança do DCI

Dissemos há pouco que o DCI é uma Construção herdeira das construções Transitiva Transferencial e Transitiva Básica do Português. Neste momento é impossível não lembrar de Bagno e de sua regra da *soma*. Basta recordar que o referido autor afirma que quando enuncia '*Ele mandou o livro para mim ler*' o falante está na verdade somando dois elementos sintáticos distintos: '*Ele mandou o livro para mim*', o que seria para nós

uma Construção Transitiva Transferencial, com o sintagma '*para eu ler*', claramente uma Transitiva Básica. Conforme dissemos no capítulo 2, o problema está na palavra *soma*.

Quando usa o DCI, o falante não está somando duas construções, mas sim utilizando uma Construção da língua que vem de um processo de mesclagem entre as duas construções-mães. De acordo com o que vimos no capítulo 3, mesclar, definitivamente, não significa somar composicionalmente as partes, buscando o significado do todo. Mesclar é realizar projeções seletivas entre domínios, recrutando de cada uma das fontes apenas aquilo que nos interessa, e fazendo surgir, na mescla, um novo esquema semântico, diferente daqueles das fontes e diferente também da soma entre eles.

Propomos, portanto, que o DCI tenha surgido através de um processo de Herança por Mesclagem entre as construções Transitiva Transferencial (Fonte 1) e a Transitiva Básica do Português (Fonte 2) e que, neste processo ocorre uma compressão de dois Papéis Temáticos em um único elemento da Mescla, qual seja o Nominal Dativo. Cabe lembrar aqui que, assim com o que ocorre para os conceptuais, domínios formais também podem ser mesclados, já que são também unidades mentais do processamento cognitivo. A Figura 10 mostra como se dá este processo projetivo.

É importante ressaltar na representação abaixo o fato de que os papéis de Beneficiário da Fonte 1 e de Agente da Fonte 2 são comprimidos em um só elemento na mescla. Esta compressão é o centro do processo de herança do DCI. É ela que o torna uma Construção diferente daquelas às quais está ligada, já que é através desta compressão que surge a possibilidade de representar um evento em que um dado participante seja, ao mesmo tempo, Beneficiário e Agente.

Cabe também observar que, em muitos casos, ocorre uma dependência referencial dos Objetos Pacientes, já que, muitas vezes, o Objeto do Verbo Infinitivo será o mesmo Paciente da transferência.

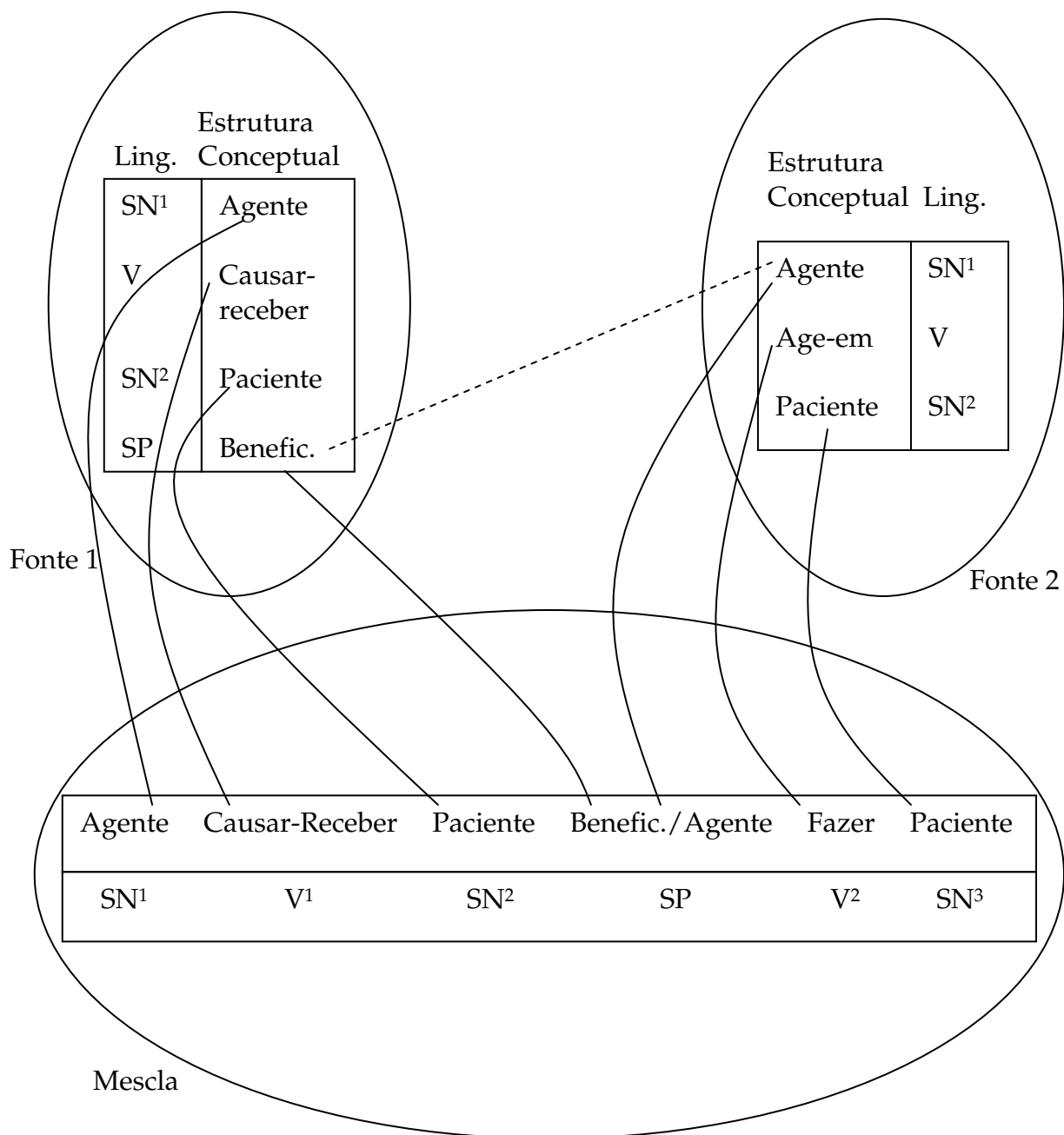


Figura 10: O Processo de Herança por Mesclagem do DCI

Definido o esquema da Construção, passemos agora a analisar como se dá o pareamento forma-sentido da mesma, ou seja, como são feitas as projeções do domínio conceptual para o domínio formal no caso do DCI. Conforme propusemos anteriormente, temos para essa Construção um evento concebido (Fonte 1) em que um dado Agente transfere um Paciente a um Beneficiário para que este mesmo participante aja sobre o Paciente transferido – dependência referencial – ou realize alguma outra ação relacionada a ele.

Faz-se necessário neste momento explicar que a relação de causatividade que existe entre os dois eventos se dá de forma muito peculiar, tendo em vista que o segundo evento não ocorreu de fato, representando apenas um resultado possível da ação do evento causador, ou, conforme veremos mais adiante, a finalidade desta ação.

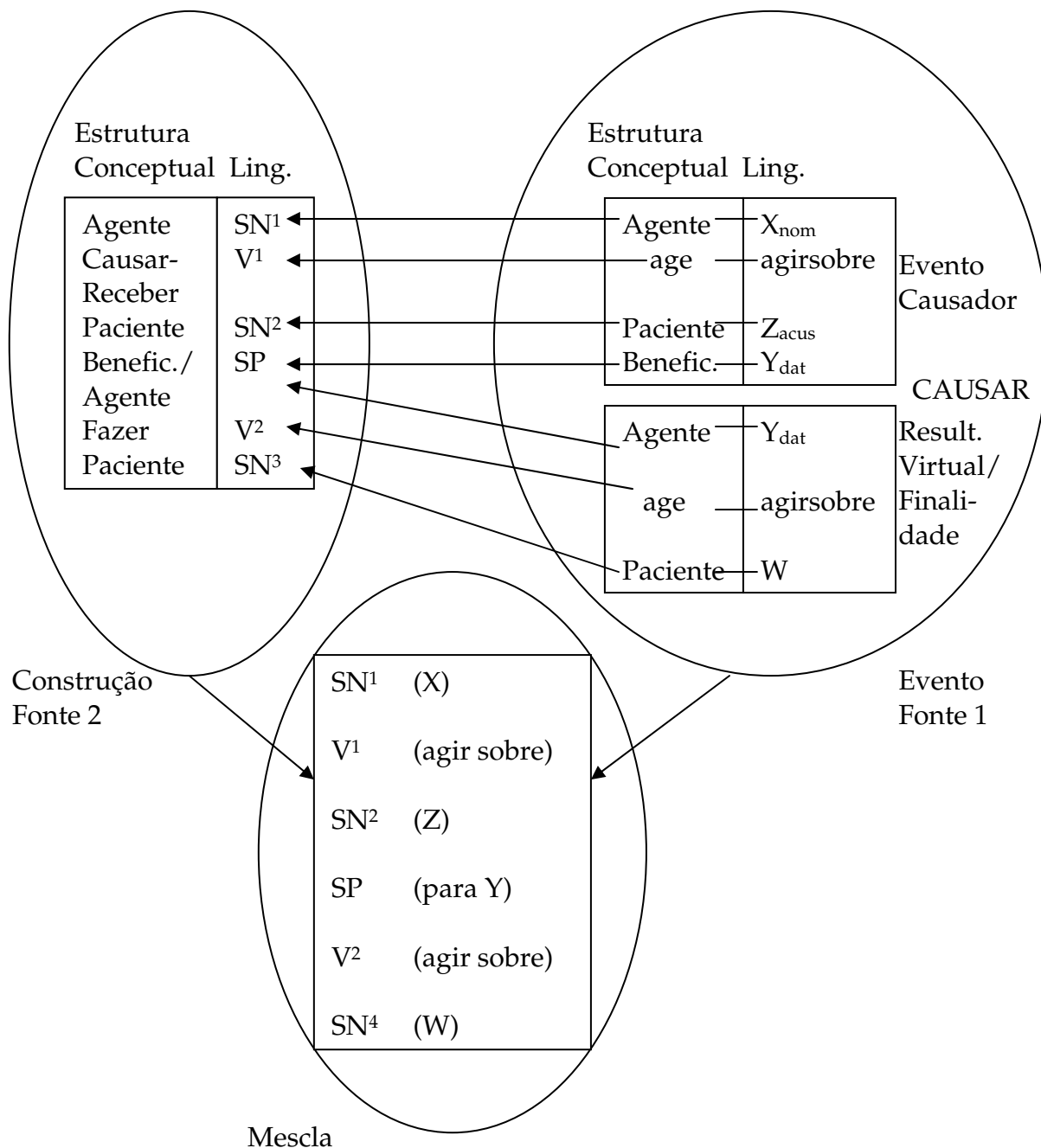


Figura 11: O Pareamento Forma-Sentido na Construção de Dativo com Infinitivo

Durante o mapeamento para o esquema construcional (Fonte 2) tanto o Beneficiário do evento causador, quanto o Agente da resultante virtual são mapeados para o mesmo

papel na Construção, qual seja aquele que traz comprimidos e mesclados os valores de Beneficiário e Agente. Esse mapeamento de dois participantes para um só papel não fere nenhum dos três Princípios de Otimidade propostos por Mandelblit: nenhum participante está sendo mapeado para mais de um papel temático e, mais, o participante mapeado para o papel de Agente é de fato o mais prototípico dos dois. Ainda no que tange ao mapeamento do segundo Agente, o da resultante virtual, não podemos dizer que o mesmo seja incompatível com o papel de Beneficiário visto que há evidências históricas que atestam a existência de Dativos, ou Beneficiários, Agentes já no Latim, conforme veremos mais a diante.

Ao levantarmos os dados de ocorrência do esquema *para x infinitivo*, nos deparamos com uma grande variedade de instanciações deste, cada qual com suas especificidades. Porém, apesar de apresentarem traços particulares, todas elas mantêm três características fundamentais, quais sejam: (a) a existência de um elemento formal em que são comprimidos e mesclados os papéis de Beneficiário e Agente, ou Experienciador; (b) o esquema de significado da Construção que aponta para um evento que se constitui em uma resultante virtual de uma ação ou de um contexto e (c) a noção de finalidade emergente no esquema de significado do DCI.

Faz-se necessário explicar aqui a que estamos nos referindo quando postulamos a existência desta noção de finalidade emergente. Queremos dizer que é sempre possível inferir que a ação representada pelo Verbo Infinitivo é uma finalidade relacionada ao Verbo anterior ou ao contexto como um todo. Independentemente de ser ou não prevista pela valência do Verbo, a Construção *para x Infinitivo* indica que há um fim a ser atingido e este está sempre relacionado à ação indicada pelo Verbo Infinitivo.

A noção de finalidade não é condicionada pelos Verbos Finitos ou pelo contexto, ela surge a partir do momento que se emprega o DCI. Dizemos, portanto, que esta noção de finalidade é um esquema que emerge no processo de integração conceptual, ativado pela integração das formas que compõem a Construção em questão. Isto significa dizer que não há nada naqueles elementos que estão adjacentes ao Dativo com Infinitivo e que a ele estão relacionados que faça com que essa noção seja interpretada pelos participantes do processo interativo.

Tudo nos leva a crer que é a própria Construção que cria este esquema semântico uma vez que estudos há em Linguística Cognitiva que apontam, através de uma análise diacrônica, para a existência de uma relação entre o esquema de significado básico do

Dativo e o da finalidade. Estamos nos referindo ao artigo “Grammaticalization and Semantic Bleaching” de autoria de Eve Sweetser, no qual a autora cita um trabalho de Genetti sobre as línguas bódicas, no qual demonstrou-se que os morfemas casuais de Dativo haviam se transformado em conectivos que indicavam finalidade. A autora esclarece que tal processo foi possível pois, assim como o Dativo pressupõe um esquema semântico que envolva a noção de transferência (uma vez que há um Beneficiário ou um Prejudicado), a finalidade também pressupõe esta noção, já que pode ser vista como o alvo da transferência, ou, em outras palavras, como o fim do deslocamento metafórico que se deve fazer para que se atinja um objetivo.

Alcançar um objetivo é, metaforicamente, chegar ao fim de um caminho e é a partir dessa semelhança entre a conceptualização do Dativo como o alvo da transferência e da finalidade como o alvo da transferência metaforizada que emerge o esquema de finalidade do DCI.

Formalizando nos termos da teoria da mesclagem o que dissemos acima, temos que o esquema sintático *para x infinitivo* transforma um elemento qualquer de um espaço-base em um Beneficiário em potencial do evento relacionado a este espaço. O Beneficiário estabelecido pelo esquema sintático existe em um outro espaço, também criado pelo mesmo esquema, no qual, além de ser Beneficiário é também Agente ou Experienciador do evento resultante virtual, o qual, por sua vez, é marcado pela noção de finalidade que emerge na criação do espaço.

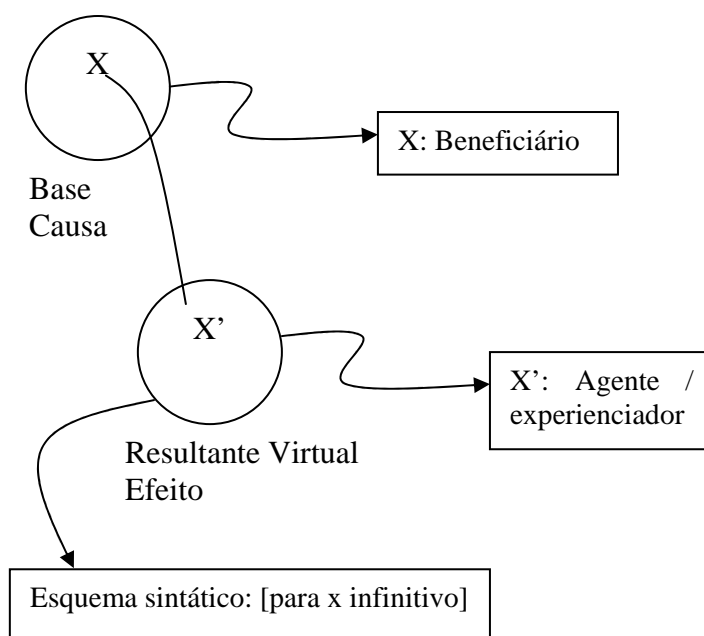


Figura 12: A Construção do espaço resultante virtual pelo DCI

Deve-se ressaltar também que o esquema de finalidade emergente na mescla, apesar de aparecer na maioria dos casos, pode apresentar-se mais ou menos evidente, dependendo do tipo de instanciação da Construção no Português (vide 4.2 abaixo). Assim, a noção de finalidade pode, eventualmente, acabar por se tornar o traço semântico mais importante da Construção, uma vez que, conforme mostraremos a seguir, encontramos nos dados casos em que o DCI apresenta-se como uma espécie de Construção Final topicalizada; quando esta noção ficar menos evidente, o esquema *para x infinitivo* indicará a Construção Beneficial com o Beneficiário Agente.

4.1.1- A Escolha Inicial pelas Construções com *Mim*

Antes de passarmos a apresentar as instanciações do DCI em Português e em Latim, devemos fazer uma pausa para explicar um ponto já enunciado na Introdução deste trabalho, qual seja, nossa escolha inicial por tratar as ocorrências do DCI em que ocorre o Pronome *mim* e a conseqüente abundância de exemplos com esta configuração em nossas análises.

Ao fazermos o levantamento dos dados, obviamente começamos por levantar os casos em que ocorria *para + mim + infinitivo*, uma vez que esta é a Construção prototipicamente estigmatizada pela gramática tradicional. Mesmo que haja gramáticas que condenem também o uso do *para + ti + infinitivo*, seu número é infinitamente menor quando comparado àquelas que se referem apenas ao Pronome Oblíquo de primeira pessoa do singular.

Em um segundo momento, passamos a buscar as ocorrências com o Pronome de P2, sendo que encontramos apenas uma, em um *blog*, uma espécie de diário virtual em que pessoas, geralmente adolescentes, compartilham pensamentos e experiências de vida com qualquer pessoa que acesse aquele endereço. Tentamos também levantar dados de ocorrência do DCI com o Pronome de P2 junto a pesquisadores que trabalham com a confecção de atlas lingüísticos no Rio Grande do Sul e no Maranhão, mas, apesar de os pesquisadores nos terem informado que havia a ocorrência, os dados não foram enviados.

Quanto aos outros Pronomes, notamos que há um processo de neutralização da oposição entre o Pronome Reto – Nominativo – e o Oblíquo Tônico – Dativo – tanto no

caso do *você(s)*, quanto no caso do *ele(a)(s)*. Tal neutralização também pode ocorrer quando a expressão *a gente* é utilizada para indicar P1 no plural.

Resta-nos ainda o caso dos Nomes, já que estes também podem ser Sujeitos de Infinitivo e precedidos pela Preposição *para*. Neste caso é impossível saber, com base em evidências morfológicas, se eles estão no Nominativo ou no Dativo, porque, todos sabemos, com exceção dos Pronomes, o léxico Português não manteve as desinências casuais do Latim. Conforme afirma Vidos:

... o sistema latino de declinação já estava sujeito a vacilações no Latim falado e, efetivamente, com suas cinco declinações, seus seis casos e toda uma série de formas diversas para cada declinação era decididamente muito complicado. É uma tendência geral do Latim vulgar e das línguas românicas substituir as complicadas desinências das declinações por meio de preposições, ou seja, de substituir o sistema latino de declinação, sintético, por um analítico; dito de outro modo, substituir a função dos morfemas por meios sintáticos. (VIDOS, 1996:299)

Assim, no processo de passagem deste para as Línguas Românicas, houve a perda da marcação morfológica de caso, a qual foi substituída pelo uso do caso lexicogênico de cada língua – que, na Língua Portuguesa, é o Acusativo – acompanhado de Preposição. Sabemos também que, ao contrário, no caso dos Pronomes, ainda é possível ver a distinção morfológica de caso, apesar de esta não ser mais tão rígida quanto o foi outrora. Segundo Ilari, em seu livro *Lingüística Românica*,

... o que sobrevive dos Pronomes latinos são precisamente as formas do nominativo, do acusativo e do genitivo-dativo, o que faz pensar que a oposição entre essas três formas sobreviveu em Latim vulgar. (ILARI, 2001:91)

Desta forma, a questão tornada título deste item é histórica. A razão pela escolha do *mim* deve-se, a princípio, ao fato de que este Pronome mantém a marcação morfológica de Dativo do Latim, o que nos serviu de pista para a proposição da hipótese. Porém, assumida esta justificativa surgem mais outras duas questões, quais sejam, (a) a noção de um elemento formal que indique a compressão dos papéis de Beneficiário e Agente só pode ser aplicada aos Pronomes, mais especificamente ao *mim*, ou (b) o emprego do Pronome Dativo no caso do DCI é apenas um indício de tal compressão, que também ocorre com os Nomes, porém, com marcação sintática e não morfológica?

Considerando o fato de que todos os demais casos morfológicos latinos foram substituídos por marcações sintáticas desde o Latim Vulgar e o fato de que a compressão dos papéis de Beneficiário e Agente só ocorre em construções com a Preposição *para* e

Verbo Infinitivo, cremos que a opção (b) seja a hipótese mais adequada para explicar o fenômeno.

Nossa crença é justificada pelo fato de que, tanto semanticamente quanto pragmaticamente, as construções que apresentam o esquema *para x infinitivo*, em que *x* é um elemento formal qualquer que exerce a função de Sujeito do Infinitivo, são idênticas. Isto significa dizer que as condições postuladas por Goldberg para justificar os processos de herança não são atendidas quando comparamos, por exemplo, o *para eu fazer* com o *para mim fazer*. Logo, ambas seriam instanciações de um mesmo esquema construcional, chamado Dativo com Infinitivo, sendo que, na primeira instanciação, não há nenhuma marcação morfológica de Dativo, contrastando com o que ocorre na segunda.

Assim, apesar de utilizarmos, em grande parte, exemplos do esquema sintático *para x infinitivo* em que a posição de *x* é ocupada pelo *mim*, não estamos propondo, em momento algum, que o uso de tal Pronome seja condição definidora da Construção. Trata-se apenas de uma das possíveis instanciações, na qual o elemento que acumula as funções de Beneficiário e Agente vem marcado morfológicamente como Dativo.

4.2- Uma Perspectiva Sincrônica sobre O DCI: Suas Diversas Instanciações no Português Brasileiro

A seguir, definidas as características da Construção, passaremos a apontar as particularidades de suas diversas instanciações, arrolando exemplos de cada uma delas, todos retirados do corpus do PEUL/UFRJ.

Ao levantarmos os dados, observamos que as ocorrências do DCI podem ser agrupadas em cinco tipos diferentes: (a) aquelas com Verbos inerentemente transferenciais; (b) aquelas com Verbos que foram tornados transferenciais pelo esquema semântico da Construção; (c) aquelas com Construção Beneficial topicalizada; (d) aquelas com Construção Final topicalizada e, por fim, (e) as que se realizam com o modalizador *dá para*.

O primeiro tipo de instanciação da Construção é aquele em que há um Verbo Transferencial cujo Complemento Oblíquo, regido pela Preposição *para*, é o Agente do Verbo Infinitivo da oração seguinte.

Vemos esta configuração representada nos exemplos em (7) e (8). Note-se que, em ambos os casos, nos trechos em destaque, temos um Verbo Transferencial, um Objeto e um

Complemento Dativo que é Sujeito do Verbo Infinitivo seguinte. É importante ressaltar também que o Dativo pode acumular tanto as funções de Beneficiário e Agente quanto as de Beneficiário e Experienciador, conforme vemos em (7).

- (7) Entrei em casa, a minha mãe: “Ai, meu filho!” Beijou, **serviu o café para mim dormir**, eu fui dormir. (PEUL/UFRJ – 38m18a2emcurs)
- (8) Aí, eu gosto bastante de ler, porque eu olho, assim, leio, aí **dá uma idéia**, assim, é... **para mim escrever**, não é? Assim... acho legal. (PEUL/UFRJ – 56f14a8efcurs)

A Construção com os Verbos Transferenciais pode ainda vir marcada pela existência de um Pronome Oblíquo Átono, também Dativo¹⁰, anteposto ao Verbo. Em tais casos – (9) e (10) – ocorre uma marcação redundante do Beneficiário do Verbo *dar*, mas, da mesma forma que nos demais casos, o esquema *para x infinitivo* continua a introduzir a idéia de um Beneficiário que é ao mesmo tempo Agente ou Experienciador. Uma outra razão para não tratar esses casos como uma instanciação particular do DCI é a recorrência das marcações de Beneficiário redundantes no Português.

- (9) É o que me dá vontade, o que me dá força, sabe? Tudo que **me dá inspiração para mim fazer** alguma coisa, isso é meu Deus sabe? (PEUL/UFRJ – 38m18a2emcurs)
- (10) (Inq) Mas você vai ver, daqui a uns... uns aninhos aí, ele está formando e tudo!
(Ent) É, se Deus quiser! Só quero que Deus **me dê saúde para mim ver** ele formado. (PEUL/UFRJ – 16f56a4efcomp)

Quanto ao segundo grupo de instanciações da Construção, podemos afirmar que há casos em que o esquema semântico de um Verbo Não-Transferencial se funde ao esquema da Construção, conforme previsto por Goldberg (1995). Dessa forma, o esquema de significado do Verbo molda-se ao da Construção, sendo que aquele passa a possuir um Complemento Oblíquo que também é Sujeito do Verbo seguinte, mesmo que sua valência não prevesse, a princípio, um Complemento deste tipo.

Se por um lado, a Construção empresta ao Verbo seu esquema de seleção argumental, por outro, o Verbo modifica o esquema semântico da Construção, acrescentando ao mesmo elementos que antes não estavam presentes. Em (11), por exemplo, o Verbo *batalhar* acrescenta à Construção a idéia de que, para que o Beneficiário Agente de fato receba o objeto da transferência, é necessário que o mesmo transponha alguns obstáculos. De forma semelhante, em (12), o Verbo também especifica o esquema

¹⁰ Estamos tratando a forma *me* como dativa, e não acusativa, com base no que afirma Coutinho, em sua *Gramática Histórica*, quando escreve, a cerca da história dos Pronomes Dativos que, que “*mi, forma arcaica átona, deu a atual me, o que explica a função de objeto indireto que pode desempenhar esta variação pronominal*”. (COUTINHO, 1976:253)

semântico da Construção, indicando que para que a transferência se realize é necessário que alguma condição seja satisfeita: um deslocamento, por exemplo.

- (11) Eu vou lá e **batalho aquela matéria para mim saber** e o resto eu vou acompanhando. (PEUL/UFRJ – 38m18a2emcurs)
- (12) Aí, foi domingo à tarde, falou: “Nilza, **apanha o teu jogo lá para mim ver.**” Aí, eu fui lá, apanhei: “Para quê? Eu não joguei!” “Apanha para mim ver!” Aí, dei a ele o jogo, fui para o tanque enxaguar mais roupa. (PEUL/UFRJ – 16f46a4efcomp)

Encontram-se também nos dados ocorrências de Verbos tornados Transferenciais em que o Objeto do Verbo Finito é nulo, mas recuperável anaforicamente pelo contexto. A enunciação em (13) é um exemplo desses casos. Nela podemos notar que o Objeto – a ficha de crediário – do Verbo *assinar* não vem manifestado, mas é perfeitamente recuperável pelo contexto. É possível notar também neste caso a dependência referencial entre os Pacientes presentes no esquema da Construção, já apontada anteriormente.

- (13) Eu comecei a trabalhar, minha mãe foi para mim, fiador, **assinou para mim abrir**, para comprar só esse relógio. (PEUL/UFRJ – 21m20a8efcomp)

O DCI pode ainda estar ligado a um esquema transferencial que se sustenta através da Metáfora do Conduto. Tais ocorrências acontecem quando o Verbo Finito ao qual se liga a Construção em estudo é um Verbo Proposicional. Isto porque, conforme Lakoff e Johnson (2002) conceptualizamos o processo comunicativo como uma transferência de informações por meio de um canal ou conduto. Assim, o enunciador – Agente do Verbo Proposicional – seria a Origem da transferência, a mensagem seria o Objeto Paciente transferido, o meio corresponderia ao caminho percorrido e o receptor seria o Alvo da transferência.

Nestes casos, vide (14) e (15), os Verbos Proposicionais introduzem Objetos que são espaços mentais, ou seja, aquilo que é falado ou pedido é um outro evento que passará a ser conceptualizado pelos envolvidos no processo interativo. Nestas circunstâncias, o DCI encontra um excelente ponto de apoio já que, conforme veremos, ele é responsável pelo estabelecimento de um novo papel temático, que é o do Beneficiário Agente ou Experienciador.

- (14) **Falou para mim não fazer mais isso**, para mim, **para mim olhar**, descer devagar, ir pelo cantinho. (PEUL/UFRJ – 55m13a7efcurs)
- (15) Pediu... quer que eu vá trabalhar com ele, eu não quero. **Pedi** alguma vez **para mim entregar**... Eu estou falando besteira, não? (PEUL/UFRJ – 33m60a5efcomp)

O terceiro e o quarto grupos de instanciação da Construção em questão constituem-se de exemplos em que o esquema sintático do DCI – *para x infinitivo* – aparece

topicalizado e não está necessariamente ligado a um Verbo Transferencial ou a um Verbo que foi tornado Transferencial pelo esquema de papéis da Construção. Nestes casos, (16) e (17), é possível reconhecer orações que estabelecem com o contexto uma relação mais focada na noção da existência de um Beneficiário, ou mais tendenciosas para a idéia de Finalidade.

- (16) **Para mim não machucar ele**, eu virei para a calçada. (PEUL/UFRJ – 57f10a1efcurs)
- (17) Não, claro, dar umas olhadinhas assim, até que não faz mal a ninguém. Mas eu não gosto não. Para depois, por exemplo, “Vim pedir namoro”, **para mim dizer não**, não é? Vai pegar até mal. (PEUL/UFRJ – 63f12a7efcurs)

Essa afirmação tem como consequência o fato de que a Construção do Dativo com Infinitivo restringe-se, na realidade, ao esquema *para x infinitivo*, sendo que este pode ligar-se, por mesclagem, a tipos diferentes de Construção com o intuito de estabelecer um Beneficiário Agente em um evento resultante virtual e/ou indicar a noção de Finalidade da Oração Infinitiva.

O que estamos propondo é que o DCI possa funcionar na língua como uma Construção autônoma, não estando necessariamente ligado à valência do Verbo Finito, mas sim a todo o contexto de produção do enunciado. Nas ocorrências em (16) e (17) vemos claramente esta independência do DCI em relação ao Verbo Finito. O esquema *para + mim + infinitivo* simplesmente surge na enunciação a partir de uma ligação com qualquer contexto a partir do qual seja possível inferir um Beneficiário. Nessas ocorrências não é possível localizar um Verbo Finito que reja o DCI, contudo não podemos afirmar também que este último esteja solto no enunciado. A relação semântica estabelecida entre a Construção do DCI com o restante do contexto é sempre bastante clara e possível, conforme pudemos ver nos exemplos em análise.

Em ambos não é possível fazermos a ligação dos elementos grifados a um Verbo Finito especificamente, porém, podemos notar em todos a noção de Beneficiário ou prejudicado de uma dada ação ou estado. Em (16) temos que o enunciador relata ter virado para a calçada com o intuito de não machucar outrem. A princípio pode parecer que o Beneficiário da ação em questão seria justamente este outrem, mas, por outro lado, machucar alguém não é algo que, normalmente, é bom para as pessoas.

Similarmente, em (17) a enunciativa afirma que não aprecia ficar dando esperanças aos homens para que não tenha que dizer não a um pretendente, ou seja, para que não tenha que passar pelo constrangimento que é gerado em situações como esta. Logo, ela é

beneficiária desta situação de autopreservação, inferível pelo contexto. Resumindo, em todos os exemplos, podemos notar que há um Sujeito que pratica ou experiencia uma ação e que se beneficia ou é prejudicado pela situação como um todo.

Tais exemplos assemelham-se muito com os que encontramos no Latim, conforme pode ser visto no item 4.3. Em três das ocorrências que encontramos, o DCI não encontra-se ligado a nenhum Verbo Finito que preveja em sua valência um Complemento Oblíquo regido por *para*. Eles aparecem ligados ao Verbo *ser* que, nestes casos, indica, desde o Latim, a existência de uma situação em benefício ou prejuízo de alguém.

Considerada a autonomia do DCI em relação ao Verbo Finito, resta-nos apresentar a última instanciação desta Construção, qual seja aquela em que esquema construcional em caso se mescla a uma outra Construção que indica possibilidade. Estamos falando dos casos em (18) e (19), nos quais a Construção do Verbo *dar* sem Complemento Direto introduz a idéia modalizadora de possibilidade ou de capacidade, conforme descreve Salomão em sua tese de doutoramento. Tal modalização é também sustentada pelo esquema transferencial que permeia outras instanciações do DCI, porém, nestes casos, conforme afirma Sweetser (1990), conceptualiza-se a existência de uma barreira no trajeto da transferência. A menor ou maior possibilidade de transposição desta barreira é o que determina o grau de possibilidade indicado pelo modalizador.

(18) A bicicleta não é muito boa não, sabe? Não é boa não, mas **está dando para mim passear**. (PEUL/UFRJ – 02m16a4efcomp)

(19) Eu não conseguia aí quem levava mais castigo era eu, porque um dia só para fazer aquilo tudo, ainda tinha dever para fazer, que eu estudo em duas escola, particular e pública, aí **não dava para mim fazer tudo** ao mesmo tempo. (PEUL/UFRJ – 58m10a2efcurs)

Em ambos os casos citados por nós, é fácil identificar as barreiras metafóricas às quais Sweetser se refere. Em (18), temos que o fato de a bicicleta não ser boa, na opinião do enunciador, é colocado como uma barreira transponível, enquanto que, em (19), dado o fato de o enunciador estudar em duas escolas, uma particular e uma pública, e dado o tempo que esta prática lhe ocupava, temos que a barreira foi de fato um impedimento para a realização dos deveres de casa.

Neste caso da mesclagem do DCI à expressão modalizadora *dá para*, assim como em todas as demais instanciações analisadas, mantêm-se as três características básicas do esquema semântico da Construção, quais sejam o Beneficiário Agente, o evento resultante virtual e a noção de Finalidade. Tal fato reforça nossa afirmativa de que todos esses

exemplos variados são, na realidade, uma amostra das diversas possibilidades de uso de um mesmo esquema construcional, indicado pelo esquema formal *para x infinitivo*.

4.3- Uma Perspectiva Diacrônica sobre O DCI

Conforme afirmamos anteriormente, a noção de um Objeto Oblíquo que é também Sujeito não é uma novidade da Língua Portuguesa: ela já existia no Latim. Gramáticos como Ernesto Faria, Alfred Ernout e François Thomas postulam a existência de um Dativo Agente que, segundo o primeiro deles, “*indica que existe uma obrigação para tal pessoa, sendo comumente usado com o gerundivo.*” (FARIA, 1958:353)

Ernout e Thomas nos fornecem explicações mais detalhadas sobre o que seria o Dativo Agente, ou *datiuus auctoris*. Segundo os latinistas franceses,

Este termo – em grande parte impróprio – designa o emprego do dativo como complemento da passiva ou de formações ligadas a esta.

a) Dativo complemento do adjetivo verbal em –ndus: trata-se de um dativo de interesse indicador de a quem uma dada obrigação se destina: Pl. Am. 891: *faciendum est mihi illud... quod illaec postulat* “ele me faz fazer aquilo que ele pede”, literalmente “há para mim uma coisa a fazer”... (ERNOUT & THOMAS, 1953:74)

Além da possibilidade de se ligar a um Gerundivo – adjetivo verbal em –ndus – o Dativo Agente também podia funcionar como Complemento do Particípio Passado Passivo e, posteriormente, teve seu uso estendido aos tempos do Infectum entre os poetas e prosadores do período imperial (ERNOUT & THOMAS, 1953:74).

Os autores franceses explicam, por fim, que tal emprego do Dativo ocorre quando

O dativo é literalmente um dativo de pessoa interessada. Mas a pessoa interessada era também, ao mesmo tempo, o Agente. (ERNOUT & THOMAS, 1953:74)

Como podemos notar, os gramáticos em questão já reconhecem haver no Latim a acumulação de funções de Beneficiário – ou, nas palavras dos mesmos, interessado – e Agente em um único elemento formal. Os exemplos citados poderiam facilmente ser traduzidos como um caso de DCI. Ao invés de dizermos que ‘*ele me faz fazer aquilo que ele me pede*’ ou ‘*há para mim uma coisa a fazer*’ podemos dizer que ‘*é pra mim fazer o que ele pede*’ ou ainda ‘*ele pede pra mim fazer as coisas*’. Acreditamos, inclusive, que tais traduções respeitam mais a estrutura original latina, uma vez que a Construção em questão construía-se com Gerundivo, forma nominal que, conforme Faria, substituía o Gerúndio quando este deveria acompanhar o Dativo. O mais interessante porém é o fato de que, em

Latim, o Gerúndio era uma flexão do Infinitivo, empregada quando este não estava acompanhando formas nominativas. (FARIA, 1958:458) Sendo assim, temos que, em última instância, era o Gerundivo uma forma de expressão do Infinitivo, tendo permanecido, no Português, esta última.

Outro dado interessante é que, segundo Faria, o Gerundivo poderia se especializar em indicar uma obrigação existente para uma pessoa, a qual vinha sempre assinalada no caso Dativo, mais especificamente no Dativo Agente. Ou seja, levando-se em consideração os paradigmas de mudança que permeiam a deriva do Latim ao Português, temos que a Construção do DCI já existia em Latim, porém, com o Gerundivo ocupando o lugar hoje preenchido pelo Infinitivo. Há exemplos¹¹ outros, fora o apresentado por Ernout e Thomas e transcrito por nós acima, que comprovam esta afirmação.

Um deles encontra-se no verso 105 do ato I da Aululária, de Plauto, em que Euclião é obrigado a deixar sua casa e, conseqüentemente, a vigília constante de sua panela recheada de moedas para ir buscar uma moeda de prata que o presidente de sua cúria prometera dar a cada um dos membros. Mesmo temendo abandonar seu tesouro, o homem decide ir buscar a tal moeda com medo de que, se não o fizer, todos passarão a pensar que ele já não é mais tão pobre quanto quer parecer e, assim, cobiçarão seu amado tesouro. Após ordenar a Estáfila, a escrava, que não permitisse a entrada de qualquer pessoa em sua casa, Euclião, nervoso, diz que:

Occlude sis fores ambobus pessulis iam ego hic ero discrucior animi, **quia ab domo abeundum est mihi.** (PLAUTO, Aul., I, 105)

Mais uma vez as traduções que encontramos evitam o uso do DCI e apresentam-se, em grande parte como a que se segue, feita por Walter de Medeiros e publicada pela Editora da UnB:

São as penas do inferno que eu sinto na alma, só por ter de sair de casa. E – raios! – é bem contra vontade que eu saio.

Porém, assim como argumentamos acima, é possível, e nos parece inclusive mais próximo da Construção original latina, traduzir o referido verso como *‘só porque é pra mim sair de casa’*.

¹¹ Todos os trechos latinos citados o foram conforme conta nas obras de Faria e Ernout e Thomas citadas na bibliografia. A única exceção é o verso 105 da Aululária, cuja citação provém da edição da Les Belles Lettres, uma vez que a citação contida na gramática de Faria não condizia com esta última.

O mesmo se dá com os trechos a seguir, em que apresentamos, na primeira linha, o texto latino; na segunda, a tradução proposta pelos gramáticos e, na terceira, a tradução proposta por nós:

- (20) Tibi cauendum censeo. (PLAUTO, Cas., 411)
Penso que te deves acautelar. (FARIA, 1958:353)
Penso que é para ti tomar cuidado.
- (21) Tibi consulatus quaerebatur. (CÍCERO, Ver., 3, 43)
Tu buscavas o consulado. Ou, existia para ti a busca do consulado. (ERNOUT & THOMAS, 1953:75)
Era para ti buscar o consulado.

Cabe aqui esclarecer que não estamos afirmando, ao dizermos que nossa tradução com o DCI está mais próxima da Construção latina, que as traduções dos latinistas em questão sejam ruins. O que estamos apontando é o fato de que esses gramáticos, principalmente o brasileiro, dadas as datas de publicação de suas obras, ainda olhavam para os dados com uma visão tradicionalista da língua. É impossível ao menos imaginar que Ernesto Faria optasse por uma versão que ferisse os dogmas da norma padrão culta. A questão aqui não é a existência de duas traduções possíveis ou uma divergência na análise sintática dos constituintes das orações. Trata-se apenas de um olhar diferente para a mesma Construção, despido das limitações que uma abordagem tradicional dos fenômenos da linguagem impõem à análise lingüística.

Além de se assemelhar formalmente ao DCI, a Construção latina também compartilha com este seu esquema semântico. Da mesma forma que o Nominal Dativo em Português, o Dativo Agente acumula as funções de Beneficiário e Agente em Latim. Além disso, subjaz à Construção um esquema transferencial, chamado pelos latinistas de obrigação. As traduções propostas que dizem existir algo para alguém demonstram claramente esta noção de transferência, que, em uma segunda análise, se converte em Finalidade, assim como observamos nos exemplos do Português.

Conforme atestam Ernout e Thomas, o uso do Dativo Agente, antes limitado aos casos em que aparecia com o Gerundivo e aos tempos passivos do Perfectum, se estendeu no período imperial aos tempos do Inflectum, tornando-se mais comum na Literatura. Esta extensão do uso do Dativo Agente, possibilitada pelo fato, levantado por nós no item sobre mudança semântica, de que a relação entre as unidades mentais formais e as unidades mentais conceptuais não é direta e auto-suficiente, pode ter resultado nas inúmeras possibilidades de construções com o DCI que existem hoje em Português. Em outras palavras, acreditamos que tenha operado, na deriva do Latim para o Português um processo

de mudança que teria ampliado as possibilidades de ocorrência do Dativo com Infinitivo do ponto de vista do significado, o que, obviamente, se refletiu em seus aspectos formais.

Faz-se necessário, em estudos posteriores, averiguar, através do levantamento de dados do Português Arcaico, como se deu esse processo de mudança, uma vez que, até presente momento, tivemos acesso apenas à origem e ao destino do processo, sem podermos visualizar o que ocorreu ao longo dos séculos que separam o Latim do Português Brasileiro.

4.4- Contraposições à Análise Gerativista

Levando-se em consideração o fato de já termos proposto nossa hipótese da existência da Construção do Dativo com Infinitivo, tendo mostrado suas instanciações no Português e buscado evidências históricas que dão suporte a essa hipótese, passaremos neste último item a realizar um trabalho inerente a qualquer cientista que se proponha a fazer uma releitura de um fenômeno que já tenha sido tratado por outro arcabouço teórico: mostrar porque achamos que nossa proposta analítica é melhor do que a anterior.

Conforme vimos no capítulo 2, Mioto e sua equipe de linguistas gerativistas propõem a existência de duas construções diferentes: (a) uma, cujo esquema sintático é *para eu infinitivo*, e (b) outra com a configuração *para mim infinitivo*. Vimos que, segundo os mesmos autores, as duas construções apresentam uma diferença marcante que reside no fato de o Verbo Infinitivo ser ou não flexionado, afirmando que esta é uma característica tão importante para a diferenciação quanto a marcação morfológica de caso nos Pronomes.

Ora, já criticamos a circularidade da argumentação gerativista anteriormente e já deixamos bem claro que não acreditamos na existência de duas construções diferentes, mas sim em apenas um esquema construcional com tipos diferentes de instanciação. Já mostramos também que nossa análise é infinitamente mais rica do ponto de vista semântico, mas, neste momento, vamos nos preocupar em discutir os aspectos sintáticos da Construção no que tange à concordância do Infinitivo e à marcação morfológica de caso, “atacando o inimigo” não em seu ponto mais fraco, mas sim no mais forte.

Acreditamos não ser possível postular a existência de duas construções diferentes – uma com o Nominativo e outra com o Dativo – porque, na nossa opinião, a ausência de marcação morfológica não é razão que desconfigure o esquema da Construção proposta em nossa hipótese: o próprio esquema formal se encarrega de marcar sintaticamente, através

da Preposição, o caso Dativo. Evidência desta marcação sintática pode ser encontrada nos dados do Programa de Estudos dos Usos da Língua (PEUL/UFRJ), nos quais há a ocorrência de Pronomes Nominativos de P2 como Sujeitos de Infinitivo, porém, sem haver a concordância que, segundo a análise de Miotto et al. (1999), deveria ser promovida pelo traço [+ agr] carregado pelo Nominativo.

- (22) Aí minha mãe falou: Isso é lição... eu falei **para tu não sair** de casa e tu saiu. (PEUL/UFRJ – 55m13a7efcurs)
- (23) Estava com escopeta, esses negócio... rifle. Aí, chamou ele: Vem cá **para tu pegar** teu dinheiro. Aí ele foi. (PEUL/UFRJ – 64m14a8efcurs)
- (24) Eu não sei não. Eu... às vez a gente... a gente fala umas coisa e tem coisa que a gente não deve nem falar, sabe? Porque esse aqui não está fácil, cara. **Para tu dar** um assopro tu tem que olhar para um lado, olhar para o outro, para saber como é que tu vai assoprar. (PEUL/UFRJ – 25m30a8efcurs)

Quando estendemos a análise da configuração sintática do DCI a outras pessoas do discurso, encontramos casos de variação na relação de concordância entre *x* e o Infinitivo nas pessoas do plural, o que pode ser verificado nos exemplos abaixo:

- (25) Mas a água, eu não sei nem quando eles vão botar a caixa agora. Ih... tem tanta coisa **para eles botar** ainda. (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)
- (26) A primeira coisa que ia fazer, ver, assim... o pessoal que mora em favela, procurar fazer de tudo **para eles ficarem** melhor. (PEUL/UFRJ – 22f17a2emcurs)
- (27) Aí meu pai fez uma outra casa **para nós botar** aquelas bagulhada assim, não é? (PEUL/UFRJ – 50f8a2efcurs)
- (28) Vamos respeitar cada um. Vamos ajudar a nos compreenderem **para nós compreendermos** também. (PEUL/UFRJ – 48f52a3emcomp)

Note-se que temos, ao mesmo tempo, casos em que ocorre a concordância entre o Pronome e o Sujeito e casos em que isso não se dá. Essa variação na concordância não é exclusividade da Construção do DCI, conforme podemos ver nos exemplo em (29) e (30). Ao que nos parece, ela está ligada ao grau de escolarização do indivíduo, apesar de sabermos que uma análise quantitativa desse fator deva ser levada a cabo visando à confirmação desta especulação.

- (29) Mas tem **uns que irrita**, inventa fofoca do nosso nome... **Eles fala** umas coisa que não é verdade. (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)
- (30) A maior parte dos meus amigos sabem o que **eles querem** da vida. (PEUL/UFRJ – 22f17a2emcurs)

Isto posto, não acreditamos que existam duas construções diferentes, conforme o postulado por Miotto et al., ou seja, não aceitamos o fato de haver uma Construção em que o Dativo ocorra com Infinitivo Inflexionado, diretamente dentro do SF, e outra em que o Nominativo ocorra com Infinitivo Flexionado, dentro do SC. Postulamos a existência de uma única Construção, o DCI, a qual possui o esquema sintático *para x infinitivo*, tal que *x*

possa ser um Pronome Dativo ou Nominativo, um Nome ou Sintagma Nominal, ou ainda um elemento PRO, conforme vemos nos exemplos a seguir:

- (31) Aí tem que ficar quietinha dentro de casa **para bala não atingir** a gente. (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)
- (32) Acordou assim e aí falou: “Que que você veio fazer aqui, minha filha? Eu falei **para o seu pai não deixar** você vim!” (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)
- (33) Isso eu ia procurar mesmo, sabe, criar mais assim, lugar assim para criança, essas coisas, mais área verde **para as crianças poderem crescer** num ambiente, assim, mais... mais natural, não é? (PEUL/UFRJ – 22f17a2emcurs)
- (34) Quando eu cheguei no hospital **para PRO ter ela**, aí eu tive ela. Aí, pegou, quando eu acabei de ter ela, eu perguntei assim: “Doutor o que que foi?” Aí o médico falou assim: “Foi um homem.” (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)

Quanto à concordância do Infinitivo, não pensamos que ela seja um fator possível de ser analisado enquanto marcador sintático da Construção, já que pudemos comprovar a sua variabilidade nos usos da língua. Conforme dissemos anteriormente, temos indícios que nos levam a crer que, nos casos em que ocorre a concordância, ela se deva ao processo social de variação lingüística exercida pelos enunciadores citados. Isto porque nossas evidências do Latim apontam para uma regra de não concordância entre a forma nominal – que, para o caso do Latim, era o Gerundivo – e o Dativo, o que reforça a idéia de que a concordância supostamente seja influência da normatização da língua e do ensino da variedade padrão sobre a configuração sintática do DCI.

Assim, pensamos que o elemento distintivo da análise gerativista – a concordância – seria menos um marcador de uma oposição estrutural do que um elemento expressivo de uma variação morfológica. Porém, todas estas afirmações ainda são altamente especulativas e merecem ser comprovadas em trabalhos posteriores, usando-se o instrumental adequado.

Em suma, acreditamos estar equivocada a descrição proposta pela Teoria Gerativa para a Construção do Dativo com Infinitivo, levando-se em consideração o fato de que Miotto et al. postulam a existência de duas construções com base na interpretação ou não de um traço, qual seja o de [\pm agr]. A presença deste traço no Pronome Nominativo configuraria uma Construção conforme a da Figura 1, enquanto sua ausência no Pronome Dativo geraria a árvore da Figura 2. Além de se basear em uma descrição sintática insatisfatória, dada a variabilidade da concordância do Infinitivo verificada nos dados, a análise gerativista não nos diz absolutamente nada sobre as implicações semânticas do uso do DCI.

A análise que propomos neste trabalho, além de resolver a questão sintática, propondo um esquema construcional – *para x infinitivo* – que possa se mesclar a outras construções, ainda elucida as questões semânticas envolvidas nos usos deste esquema. Conforme dissemos anteriormente, o uso do DCI – seja com Pronome Dativo, Pronome Nominativo, Nomes, Sintagmas Nominais ou PROs – estabelece a presença de um Beneficiário, seja em relação a um dado evento representado por um Verbo Finito, seja em relação ao contexto como um todo. Tal Beneficiário possui ainda uma condição de existência peculiar, uma vez que o esquema do DCI introduz um espaço mental que se apresenta como uma possível resultante – ou Finalidade – relacionada ao que é expresso pelo Verbo Finito ou ao contexto como um todo.

5- CONCLUSÃO

Chegamos ao fim deste trabalho tendo trilhado dois caminhos, ambos históricos, que nos levaram ao mesmo destino.

O primeiro deles, o caminho da revisão das análises sobre o esquema sintático *para + mim + infinitivo* até então realizadas, nos fez percorrer as trilhas da gramática tradicional, da “gramática esclarecida” e do gerativismo e nos mostrou a necessidade de uma explicação para o fenômeno que deixasse de lado os preconceitos advindos da coroação da variante padrão como a única validada e as descrições falhas baseadas em um falante-ouvinte idealizado e distante da realidade dos dados. Revisadas as análises acima, encontramos no Sociocognitivismo as respostas para os questionamentos que as outras teorias não foram capazes de solucionar, propondo a existência de uma Construção, o DCI, cujo esquema sintático *para x infinitivo* pode ser aplicado a qualquer Nominal e não apenas aos Pronomes Dativos.

O segundo caminho histórico nos fez voltar ao Latim, na tentativa de buscar dados que nos dessem pistas que guiassem e fortificassem nossa análise sincrônica. Ao longo desta jornada, encontramos na língua de Roma ocorrências do *dativus auctoris*, que, já naquela época, era capaz de realizar a compressão de papéis temáticos que caracteriza a Construção que elegemos para tema desta dissertação. Encontramos também um esquema sintático muito semelhante ao do DCI, em que o Beneficiário Agente é selecionado como Sujeito da Forma Nominal que, no Latim, era o Gerundivo, o qual, por sua vez, era uma flexão do Infinitivo.

Ambos os caminhos nos levaram a propor uma análise que, ao mesmo tempo em que faz uso dos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva, tais como a Teoria da Mesclagem e a Gramática das Construções, reforça a idéia de uma análise sociocognitivista, na medida em que utiliza dados reais de fala e adota uma perspectiva histórica que revalida a importância não só do desenvolvimento cognitivo do homem, mas também da cultura, para a explicação dos fenômenos da linguagem.

Desta forma, percorridos os dois caminhos, chegamos a uma análise do DCI que contempla os seguintes pontos:

- (i) O DCI é uma Construção, cujo esquema sintático é *para x infinitivo*;

- (ii) A posição de *x* pode ser ocupada por vários tipos de Nominais, sejam eles Pronomes Dativos, Pronomes Nominativos, Nomes ou Sintagmas;
- (iii) A ocorrência de Pronomes Dativos na posição de *x* é apenas uma forma de reforçar morfologicamente a atribuição de caso Dativo a este elemento, a qual é feita sintaticamente através da preposição *para* e denunciada, a princípio¹², pela ausência de concordância deste elemento com o Infinitivo, conforme ocorria em Latim com o Gerundivo;
- (iv) Por ser uma Construção, o DCI pode mesclar-se a outras construções, tais como as Transferencias e aquelas com o modalizador *dá para*;
- (v) O DCI não precisa estar necessariamente ligado a um Verbo Transferencial Finito;
- (vi) Por ser uma Construção, o Dativo com Infinitivo possui elementos semânticos próprios que o diferenciam de outras construções da língua, quais sejam o estabelecimento de um Beneficiário Agente ou Experienciador em um espaço mental que representa a resultante virtual de uma dada ação ou do contexto, e a noção de Finalidade emergente em seu esquema de significado.

Desta forma, finalizamos este trabalho com uma sensação paradoxal de que a missão foi cumprida, mas ainda há muito por fazer.

Cumprimos a missão de fornecer uma explicação para uma Construção da língua que foi – e ainda é – insistentemente trancafiada nos calabouços da gramática normativa, libertando-a e trazendo-a para o meio das construções sistematizadas. Cumprimos também a missão de aproximar ainda mais a Linguística Cognitiva do mundo encarnado, usando dados reais de fala e inserindo o componente diacrônico em nossa análise.

Há ainda por fazer estudos mais aprofundados que tragam mais evidências em favor da nossa hipótese no que tange à concordância do Infinitivo no DCI, o que pode ser feito através de uma análise quantitativa de um número maior de dados, e também ao detalhamento do processo de mudança que operou na deriva do Latim ao Português, o que requer um estudo aprofundado de corpora do Português Arcaico na busca por ocorrências que sejam fotografias dos diversos estágios dessa mudança.

¹² Conforme explicamos anteriormente, ainda são necessários mais dados para comprovar nossa hipótese de que a concordância do Infinitivo com o elemento em *x* seja devida à escolarização daqueles que a realizam.

Conforme se vê, podem ter nascido, nestas últimas linhas, as primeiras de uma tese de doutoramento...

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 29.ed. São Paulo: Saraiva, 1980;
- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Moderna, 1996;
- BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001;
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003;
- CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Gramática Reflexiva: Texto, Semântica e Interação*. São Paulo: Atual, 1999;
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995;
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976;
- ERNOUT, Alfred & THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. 2.ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1953;
- FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958;
- FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. Blending as a central process of grammar. In: GOLDBERG, Adele. *Conceptual Structure, Discourse and Grammar*. Stanford, Ca.: CSLI, 1996, p. 113-30;
- _____. *The Way We Think – Conceptual Blending and The Mind’s Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002;
- FILLMORE, Charles. “Topics in lexical semantics.” In: COLE, P. *Current Issues in Linguistic Theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1977 b;
- ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001;
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da Vida Cotidiana*. Trad. Vera Maluf. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002 [1980];
- MANDELBLIT, Nili. “Grammatical Blending: Creative and Schematic Aspects in Sentence Processing and Translation.” Tese de Ph.D., Universidade da Califórnia, San Diego, 1997;
- MIOTO, Carlos et al. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999;

- MIRANDA, Neusa Salim. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v.3, n.1, p. 81-95, jan./jun. 1999;
- NASCENTES, Antenor. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964;
- PLAUTO. *A Comédia da Marmita*. Trad. Walter de Medeiros. Brasília: Editora da UnB, 1994;
- RADFORD, Andrew. *Syntax – A minimalism introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997;
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 42.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002;
- SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática: Teoria*. 9.ed. São Paulo: Atual, 1989;
- SAID ALI, Manuel. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966;
- _____. *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*. 8.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965;
- _____. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964;
- _____. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. s/ ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964;
- SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da Construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v.3, n.1, p. 61-79, jan./jun. 1999;
- _____. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v.1, n.1, p. 23-39, jul./dez. 1997;
- _____. *O Processo Cognitivo da Mesclagem na Análise Lingüística do Discurso*. Juiz de Fora / Rio de Janeiro: UFJF / UFRJ / UERJ – CNPq, 1999 (Projeto Integrado de Pesquisa – Grupo Gramática e Cognição);
- _____. “Polissemy, aspect and modality: the case for a cognitive explanation of grammar”. Tees de Ph.D., Universidad ad California, Berkeley, 1999;
- SWEETSER, Eve. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990;

_____. Grammaticalization and Semantic Bleaching. *Proceedings of The Fourteenth Annual Meeting of The Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, Ca: UC Berkeley, 1988;

TALMY, Leonard. Force Dynamics. *Conference on Language and Mental Imagery*, Berkeley, Ca: UC Berkeley, 1981;

_____. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*, vol. 2, p. 49-100, 1988;

TÔRRES, Artur de Almeida. *Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*. 17.ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965;

TUFANO, Douglas. *Estudos de Língua Portuguesa: Gramática*. São Paulo: Moderna, 1985;

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de Lingüística Românica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.